

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE
CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS DO NORDESTE

ESTUDO DA ATIVIDADE MARISQUEIRA NA RESEX ACAÚ-GOIANA PB/PE

Tamandaré - PE
Março -2014

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA BIODIVERSIDADE
CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS DO NORDESTE

RELATÓRIO DE PESQUISA (PEM – 006.001/2012)

ESTUDO DA ATIVIDADE MARISQUEIRA NA RESEX ACAÚ-GOIANA PB/PE

Arthur Jorge Brant Caldas Pereira – Chefe do Cepene

Fabiano Pimentel Ribeiro – Responsável pelo Projeto

Equipe técnica:

Fabiano Pimentel Ribeiro – Cepene/ ICMBio

Raul Veloso Borba Neto – Cepene/ ICMBio

Tamandaré - PE
Março -2014

Objetivo da pesquisa: Analisar a política pública ambiental de criação de Reservas Extrativistas, na perspectiva do desenvolvimento local. Especificamente, o que se pretende é analisar o capital social das marisqueiras da Reserva Extrativista Acaú/Goiana, divisa dos Estados da Paraíba e de Pernambuco, como uma das dimensões importantes do Desenvolvimento Local.

AGRADECIMENTOS

É imenso o sentimento de gratidão a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a execução do projeto “Estudo da atividade marisqueira da Resex Acaú/goiana PB/PE”.

Agradecemos à Coordenação Geral de Populações Tradicionais (CGPT), da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (Disat), pela disponibilização dos recursos financeiros junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Agradecemos à Míriam Lucatelli, Elivan Arantes de Souza e Marisol Menezes Pessanha, da Resex Acaú/Goiana/ ICMBio e a Raul Veloso Borba Neto, do – Cepene/ ICMBio, pela disponibilização de veículos, articulação das lideranças locais e realização das entrevistas.

Agradecemos à Colônia de Pescadores de Acaú (PB), à Associação de Moradores de Carne de Vaca (PE), e à Prefeitura de Goiana (PE), pela disponibilização de espaço físico para realização de reuniões nas comunidades de Acaú, Carne de Vaca e São Lourenço.

Em especial agradecemos a Sra. Gloria, Sra. Nadiedja, Sra. Teta e Sr. Gilvani, de Acaú(PB); ao Sr. Edeburgo, a Sra. Geruza e a Sra. Roseli, de Carne de Vaca; e a Sra. Severina, a Sra. Edjane e ao Sr. Marinaldo, de São Lourenço, pelo acolhimento nas comunidades e por facilitarem o acesso às marisqueiras e possibilitarem a realização das entrevistas.

Agradecemos a todas marisqueiras e todos marisqueiros da Resex Acaú/Goiana pelo tempo dispensado às entrevistas realizadas durante a execução deste projeto de pesquisa.

RESUMO

O presente estudo de caso tem como objetivo analisar a política pública ambiental de criação de Reservas Extrativistas, na perspectiva do desenvolvimento local. Especificamente, o que se pretende é analisar o capital social das marisqueiras da Reserva Extrativista Acaú/Goiana, divisa dos Estados da Paraíba e de Pernambuco. Atualmente, a Zona da Mata Norte de Pernambuco, onde está localizado o Município de Goiana, passa por uma série de conflitos socioambientais envolvendo grandes empreendimentos industriais. As marisqueiras da Reserva Extrativista de Acaú/Goiana, em movimento contrário a esse processo de industrialização tem papel fundamental no Conselho Deliberativo da unidade. Para compreender de que forma está se construindo o Capital Social das marisqueiras da Reserva Extrativista de Acaú/Goiana foram realizados levantamentos de informações sobre a criação da Reserva Extrativista em jornais e periódicos, impressos e digitais disponíveis na internet. Foram utilizadas técnicas de observação direta, como a observação de campo e técnicas de observação indireta, como a realização de entrevistas semiestruturadas. Foram realizadas viagens de campo para as comunidades de Acaú(PB), Carne de Vaca(PE) e São Lourenço(PE), no período de maio a julho de 2012, para a realização de duzentas e seis entrevistas semiestruturadas, as quais foram aplicadas de maneira não probabilista. As entrevistas semiestruturadas para a presente investigação foram compostas de 04 (quatro) blocos de perguntas, relacionados a categoria *confiança*, no âmbito do conceito de capital social. O primeiro bloco referiu-se às informações de identificação pessoal. O segundo bloco teve como objetivo sondar a *confiança generalizada* em relação às marisqueiras das comunidades. O terceiro bloco foi concentrado em informações acerca da *confiança interpessoal* dessas marisqueiras. O quarto bloco teve por objetivo abordar a *confiança institucional* das marisqueiras. As entrevistas realizadas foram analisadas nas dimensões das relações dos pescadores na faina de pesca e nas dimensões de relações exógenas à tradição de pesca e articuladas com abordagens distintas do capital social, na perspectiva do desenvolvimento local. No capital social das marisqueiras da Reserva Extrativista de Acaú/Goiana, a confiança, na dimensão comunitária, coloca em evidência o aspecto fraco desse capital. Entretanto, a confiança dessas marisqueiras, na dimensão da mariscagem, lastreada pelo saber-fazer tradicional intimamente ligado ao ambiente natural, constitui-se como fator positivo desse capital social para participação dessas marisqueiras no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista. Para a compreensão do papel do Estado na formação do capital social das marisqueiras da Reserva Extrativista Acaú/Goiana deve-se observá-lo em suas diversas faces, ora deixando lacunas em sua função de ordenar e fiscalizar o uso dos recursos naturais no estuário dos rios Goiana e Megaó, ora dispondo de políticas públicas que condicionam a participação da sociedade na criação, implementação e gestão de unidades de conservação.

Palavras-chave: Capital Social. Desenvolvimento Local. Resex. Sustentabilidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Opinião das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana em relação a elementos que indicam confiança generalizada.

Figura 02 – O processo de aprendizagem da atividade marisqueira na Resex Acaú/Goiana.

Figura 03 – Opinião das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana acerca dos aspectos prejudiciais à atividade.

Figura 04 – Opinião das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana acerca dos responsáveis pelos aspectos prejudiciais à atividade.

Figura 05 – Avaliação das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana sobre os serviços básicos prestados por instituições governamentais.

Figura 06 – Modo de participação das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana nas reuniões em grupos sociais.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Proteção Permanente

Arie – Área de Relevante Interesse Ecológico

Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores

Diman - Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

Esec – Estação Ecológica

Flona – Floresta Nacional

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MMA – Ministério do Meio Ambiente

Parna – Parque Nacional

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Rebio – Reserva Biológica

Resex – Reserva Extrativista

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Nacional

Snuc – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

WWF – World Wildlife Fund

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
3. ANÁLISE DOS DADOS	26
3.1 <u>A confiança generalizada no processo de construção do capital social das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana</u>	26
3.2 <u>A confiança interpessoal no âmbito da faina da mariscagem da Resex Acaú/Goiana</u>	29
3.3 <u>A confiança institucional no contexto da gestão ambiental da Resex Acaú/Goiana</u>	35
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
5. RECOMENDAÇÕES.....	43
REFERÊNCIAS.....	44

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar a política pública ambiental de criação de Reservas Extrativistas, na perspectiva do desenvolvimento local. Especificamente, o que se pretende é analisar o capital social das marisqueiras da Reserva Extrativista (Resex) Acaú/Goiana, Estado de Pernambuco, como uma das dimensões importantes do Desenvolvimento Local.

A tensão da relação entre sociedade e natureza é posta em evidência no âmbito polissêmico do conceito de Desenvolvimento. Ao longo do tempo, a ideia de ‘desenvolvimento’ como ‘modernidade, progresso e crescimento econômico’, que emergiu a partir da Revolução Industrial, nos países mais ricos, veio se desgastando de modo que, a partir da década de 1970, essa percepção de desenvolvimento é deslocada, por movimentos sociais e alguns estudiosos, para o âmbito das questões ambientais. O grande chamamento desses movimentos é que os recursos naturais limitados não comportam os projetos de ‘desenvolvimento’ baseados no crescimento ilimitado (HANNIGAN, 2009).

Esses movimentos trazem à tona a discussão da sustentabilidade ambiental como contraponto ao modelo de desenvolvimento baseado na ideia de que os recursos naturais são infinitos. Como nos fala, Schnaiberg apud Hannigan (2009, p. 40), numa crítica aos modelos de desenvolvimento focado no crescimento econômico diz da “[...] necessidade inerente de um sistema econômico de continuamente produzir lucro ao criar demanda de consumo para novos produtos mesmo quando isto significa expandir o ecossistema ao ponto no qual excede seus limites físicos de crescimento [...]”.

As Reservas Extrativistas fazem parte da política ambiental do Governo federal, implementada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO),¹ que integra o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (Diman) (BRASIL, ICMBIO, 2014).

Historicamente, as Reservas Extrativistas constituíram uma proposta às demandas dos seringueiros, reunidos a partir de 1985, em torno do Conselho Nacional de Seringueiros. As primeiras Reservas Extrativistas foram formadas em 1990 pelo Decreto 98.897 e passaram a integrar o Programa Nacional de Meio Ambiente. Naquela época, pelo Instituto Brasileiro do

¹ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade “é uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007, pela [Lei 11.516](#), o ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama)” (BRASIL, DOU de 29/8/2007, p. 1).

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (BRASIL, ICMBIO, 2009, informação verbal).²

Com a entrada em vigor da Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que implanta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), foram aperfeiçoadas normas para criação, implementação e gestão de territórios ambientalmente protegidos, onde, nesse sistema, foram divididas as áreas protegidas em duas categorias distintas: unidades de proteção integral, com cinco tipos diferentes; e unidades de uso sustentável, com sete tipos diferentes (BRASIL, 2000).

Cada tipo de unidade de conservação tem características diferentes, de acordo com a diversidade ambiental, social e cultural, do espaço natural. As unidades de proteção integral não comportam o uso direto dos recursos naturais, vedando, dessa maneira, a ocupação humana dentro de seus limites. Estão dentro desta categoria: Parque Nacional (Parna), Reserva Biológica (Rebio), Estação Ecológica (Esec), Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre (BRASIL, 2000).

Nas unidades de uso sustentável, conforme o Snuc,³ os recursos naturais podem ser manejados diretamente pelas populações locais, de acordo com normas específicas de conservação da natureza, sendo permitida a permanência de pessoas em sua área. Estão nessa categoria: Reserva Extrativista (Resex), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie), Reserva de Fauna e Floresta Nacional (Flona) (BRASIL, LEI 9.985, 2000).

As Reservas Extrativistas são unidades de conservação genuinamente brasileiras e, dentre as demais categorias previstas no Snuc, apresentam uma série de particularidades (BRASIL, ICMBIO, 2009, informação verbal).⁴

A Lei Nº 9.985, de julho de 2000, também conhecida como Snuc, redefine Resex como:

² Anotações realizadas durante a oficina sobre Elaboração de Plano de Manejo Participativo de Reservas Extrativistas, em Brasília, no período de 10 a 12 de março de 2009, promovida pelo ICMBio.

³ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) “é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais” (BRASIL, 2000, p.1).

⁴ Anotações realizadas durante a oficina sobre Elaboração de Plano de Manejo Participativo de Reservas Extrativistas, em Brasília, no período de 10 a 12 de março de 2009, promovida pelo ICMBio.

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, conforme o disposto no art. 23 desta lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§5º O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo (BRASIL, 2000, p.1).

Como características gerais, as reservas extrativistas representam áreas de domínio público com uso concedido a populações tradicionais, geridas por um Conselho Deliberativo, que deve administrar de modo sustentável o uso dos recursos naturais, e implantar estruturas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. As atividades das comunidades tradicionais, seus modos de vida e cultura deverão ser valorizados e protegidos, de forma a evidenciar as potencialidades locais. Características estas que vêm ao encontro do conceito de Desenvolvimento Local aqui compreendido

...como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (grifos do autor) (BUARQUE, 2002, p. 25).

Em 1990, foram criadas as primeiras reservas extrativistas: a Resex do Alto Juruá e a Resex Chico Mendes, ambas no Estado do Acre; a Resex do Rio Cajari, no Estado do Amapá; e a Resex do Rio Ouro Preto, no Estado de Rondônia. Todas criadas no Bioma Amazônia. A partir de então, o modelo expandiu-se da Amazônia para outros biomas e outros tipos de ecossistemas brasileiros. Apenas dois anos depois da instituição das primeiras Resex Florestais Amazônicas, foi criada a primeira unidade costeiro-marinha e em seguida foram criadas quatro unidades voltadas para o extrativismo nas Matas de Babaçu. Em 2006, a

proposta expandiu-se também para o cerrado propriamente dito, com a criação de duas unidades no Estado de Goiás (BRASIL, ICMBIO, 2009, informação verbal).⁵

No ano de 2008, o número de Resex federais oficialmente criadas totaliza 56 unidades, distribuídas em 17 estados brasileiros e somando cerca de 11 milhões de hectares (BRASIL, ICMBIO, 2009). Atualmente, cinco propostas de criação de Resex estão prontas, apenas esperando publicação do Decreto, dentre outras está a proposta de criação da Resex de Sirinhaém, Estado de Pernambuco. Outras propostas de criação de unidades de conservação estão em andamento, dentre elas a da criação da Resex de Rio Formoso, também, em Pernambuco (SILVEIRA, 2010).

Conforme o Snuc, a criação dessas unidades pode ser motivada por demanda de populações tradicionais,⁶ característica na qual seus objetivos são ampliados para além da conservação da biodiversidade e do próprio uso sustentável dos recursos naturais, abrangendo o autorreconhecimento das comunidades tradicionais, de seus territórios, e da importância das práticas locais para a conservação ambiental.

Os objetivos básicos da Resex, de acordo com o Artigo 18 da Lei 9.985, consistem em “proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (BRASIL, 2000, p. 1).

Ora, assegurar o uso sustentável de recursos naturais e proteger os meios de vida e a cultura das populações significa que a noção de Desenvolvimento Local e, portanto, de sustentabilidade ambiental, como encerra o conceito, está na essência da filosofia de uma Resex, considerando, aqui, Sustentabilidade na perspectiva de Leff (2010, p.28):

[...] não me refiro apenas aos valores mais gerais da ética de nossa civilização ocidental – pré-moderna, moderna ou pós-moderna – mas aos valores atribuídos à natureza, aqueles que dão sentido às sociedades tradicionais – muitas das quais sobrevivem hoje em dia reconstruindo suas culturas, arraigadas ao território e aos ecossistemas que transformaram não apenas através de um processo de evolução biológica, mas atribuindo significados à natureza. É este vínculo cultura-natureza que vem se rompendo pela imposição da contundente realidade do mercado.

⁵ Anotações realizadas durante a oficina sobre Elaboração de Plano de Manejo Participativo de Reservas Extrativistas, em Brasília, no período de 10 a 12 de março de 2009, promovida pelo ICMBio.

⁶ Povos e Comunidades Tradicionais “são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007, p. 316).

Nos biomas brasileiros, houve um aumento de unidades de conservação de usos sustentável criadas nas Zonas Costeiras e Marinhas, evidenciando um crescimento significativo da inclusão dos povos tradicionais, desse bioma, em áreas formalmente protegidas. Prates (2007, p.17) diz que:

Na zona costeira e marinha, as unidades de conservação de uso sustentável representam uma boa parcela do total das unidades criadas, principalmente quando computamos a área sob proteção. As unidades federais apesar de estarem em menor número representam uma área maior sob proteção (46 UCs federais, sendo 26 de proteção integral com a soma das áreas igual a 1.224.506 ha e 20 de uso sustentável, com a soma das áreas igual a 1.641.229 ha). As áreas de uso sustentável nos três níveis governamentais, federal, estadual e municipal, somam 95 unidades, compreendendo 17.197.833 ha.

A inclusão das comunidades tradicionais na gestão dos recursos naturais, na Zona Costeira brasileira, é representada por diversas populações tradicionais, a exemplo de Pescadores Artesanais,⁷ Marisqueiras, Ribeirinhos, Caiçaras, Praieiros, Jangadeiros (ICMBIO, 2009, informação verbal),⁸ que têm sido contempladas com criação de unidades de conservação. Este tipo de estratégia é fundamental para a conservação socioambiental, considerando que a crescente degradação dos ecossistemas costeiros, em particular dos estuários e lagunas, parece ser o fator que mais coloca em risco a reprodução social dos pescadores que operam dentro dos quadros da pequena produção mercantil (DIEGUES, 1995).

A criação de unidades de conservação, de uso sustentável, nas zonas costeiras e marinhas, torna de direito que os povos do mar sejam incluídos nos processos de decisão que envolvam seus territórios. As populações tradicionais da zona costeira de Pernambuco têm sido contempladas com a criação de unidades de conservação de uso sustentável, a exemplo, da Resex Acaú/Goiana.

Os estudos sobre a área de influência do estuário dos rios Goiana e Megaó foram sistematizados em um diagnóstico socioeconômico, ambiental e biológico, elaborado por técnicos da Universidade Federal da Paraíba e concluído no ano de 2006. Ao caracterizar a comunidade pesqueira, o estudo evidencia que as

⁷ “Os pescadores artesanais são grupos sociais que vivem da atividade pesqueira realizada em rios, baías, estuários e áreas marinhas mais abrigadas. A pesca artesanal caracteriza-se principalmente pela mão de obra familiar e pela utilização de pequenos barcos [...]” (COSTA, 2011, p. 115).

⁸ Anotações realizadas durante a oficina sobre Elaboração de Plano de Manejo Participativo de Reservas Extrativistas, em Brasília, no período de 10 a 12 de março de 2009, promovida pelo ICMBio.

marisqueiras são essencialmente dependentes da área do estuário dos rios Goiana e Megaó, conforme foi registrado em Acaú, São Lourenço, Carne de Vaca e Tejucupapo. A maioria dos questionados pela equipe técnica afirmou que a mariscagem, associada à catação de outros moluscos e/ou crustáceos, corresponde à principal atividade econômica local (FADIGAS, 2010, p. 566).

Atendendo a uma solicitação oficial da então Gerência Regional do Ibama na Paraíba, foi criada pelo Decreto Presidencial do dia 26 de setembro de 2007, abrangendo parte dos Municípios de Pitimbu e Caaporã, no Estado da Paraíba, e parte do Município de Goiana, no Estado de Pernambuco. A área da Resex é de 6.678,30 hectares, e está inserida no bioma marinho-costeiro. A área da Resex é influenciada pelos Rios Goiana e Megaó (INFORMATIVO DA REDE MANGUE MAR/PE, 2010).

Esse movimento de proteção ambiental, por meio da criação de unidades de conservação, tem se mostrado uma forma de enfrentamento aos diversos problemas ambientais no Litoral do Norte do Estado de Pernambuco, principalmente os que estão relacionados “às atividades econômicas da agricultura (canaviais), da indústria e da carcinicultura” (FADIGAS, 2010, p. 565).

A criação da Resex Acaú/Goiana, de acordo com Fadigas (2010), originou-se com propostas para resolver conflitos socioambientais pelas lideranças comunitárias do litoral norte pernambucano, em parceria com o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), que discutiram sobre a proteção da área do Canal de Santa Cruz, a qual tem significativa importância pesqueira na região. Soma-se a isso, outra proposta de defeso do marisco da Associação das Marisqueiras de Acaú na tentativa de conservação da fauna estuarina e a manutenção das famílias que viviam exclusivamente da pesca artesanal. Basicamente, esses dois movimentos ambientais compõem a origem da instauração do processo administrativo de criação da Reserva Extrativista Acaú/Goiana.

As demandas das comunidades pesqueiras para criação da Resex Acaú/Goiana com objetivo de garantir seus modos de vida tradicionais, que dependem diretamente do uso sustentável dos recursos naturais, constituem, dessa forma, ação que contrapõe o processo de industrialização da Zona da Mata Norte de Pernambuco, que é amplamente apoiado pelo grande capital.

No âmbito da Reserva Extrativista determina-se que seja “consolidado o cadastro da população tradicional, iniciada a formação do Conselho Deliberativo e a construção da primeira fase do Plano de Manejo” (BRASIL, ICMBIO, IN 03 2007, p. 4). Esta determinação tem uma importância considerável, na medida em que exige uma participação ativa não apenas dos membros do Conselho Deliberativo, mas também das categorias sociais que

elegem esses membros. Isto devido ao Conselho Deliberativo de uma Resex ter, em sua maioria, representantes das populações tradicionais da unidade. De acordo com o Artigo 9º da Instrução Normativa nº. 02 de 18 de setembro de 2007, do ICMBio, o Conselho Deliberativo é constituído da seguinte forma:

I) Serão indicados para cada vaga no Conselho um representante titular e pelo menos um suplente, os quais poderão pertencer à mesma ou a diferentes entidades, ou representações, desde que de um mesmo segmento;

II) Uma mesma entidade só poderá ocupar uma vaga no Conselho;

III) Deve-se garantir, na composição do Conselho, maioria de representantes das populações tradicionais da Unidade;

IV) O titular e o suplente do Instituto Chico Mendes deverão ser indicados pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais do Instituto Chico Mendes;

Parágrafo único: Em situações excepcionais, quando não for possível o disposto no inciso III deste artigo, isto deverá ser atingido nos mandatos subsequentes (BRASIL, ICMBIO, IN 02, 2007, p. 4).

Como se pode observar, a apropriação da Resex Acaú/Goiana pelas populações tradicionais é essencial de ser analisada, considerando que as marisqueiras terão que dispor de um considerável capital social, para os futuros desafios de gestão na perspectiva do desenvolvimento local e, portanto, da sustentabilidade ambiental. O capital social, como uma das dimensões importantes do desenvolvimento local (FRANCO, 2001; SILVEIRA, 2010; PAULA, 2001; JARA, 2001; JARA 1999; TRUSEN, 2002), aqui

...se refere aos recursos associados à existência de redes de conexão entre pessoas e grupos que promovem a *parceria* (i.e., o reconhecimento mútuo, a confiança, a reciprocidade, a solidariedade e a cooperação) e o *empoderamento* (ou seja, a democratização do poder que se efetiva com o aumento da possibilidade e da capacidade de as populações influírem nas decisões públicas) (grifos do autor) (FRANCO, 2001, p. 158).

Com relação ao capital social no âmbito das Resex, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em parceria com o World Wildlife Fund (WWF), realizou estudo, publicado em 2007, acerca da efetividade da gestão das unidades de conservação no Brasil. Dentre as 43 Resex e uma RDS analisadas, 21 unidades (48%) apresentaram vulnerabilidade alta, 16 unidades (36%), vulnerabilidade média, e 7 unidades (16%), vulnerabilidade baixa (BRASIL, IBAMA, 2007).

O estudo também evidenciou que dentre os fatores que mais fragilizam a efetividade da gestão das Resex e RDS, estão: a insuficiência de recursos humanos e financeiros, para realizar ações relacionadas à implantação da lei; e a situação fundiária (BRASIL, IBAMA, 2007). Ora, Resex e RDS, ambas são geridas por conselhos deliberativos, evidenciando dessa forma que uma das maiores dificuldades na gestão dessas categorias de unidades está na deficiência do capital humano e social, com consequências irreparáveis ao capital natural. Capital natural “...se refere aos recursos ambientais herdados e à capacidade de utilizá-los, conservá-los dinamicamente, regenerá-los e recriá-los (FRANCO, 2001, p.158).

As marisqueiras da Resex Acaú/Goiana deverão se inserir nos instrumentos de gestão participativa da unidade, a exemplo do Conselho Deliberativo, Plano de Manejo e Acordos de Gestão. Dessa forma, evidencia-se a importância do capital social dos pescadores e marisqueiras da Resex, na medida em que todo o processo deverá ocorrer, segundo o Snuc, com a participação das populações tradicionais, e que, na criação formal da Resex, deverá constituir o Conselho Deliberativo, a ser composto, em sua maioria, pelas populações tradicionais, como determina o Artigo 9º da Instrução Normativa nº. 2, de 18 de setembro de 2007, do ICMBio, além de segmentos sociais envolvidos com as atividades da futura unidade.

Na constituição de um Conselho Deliberativo, deverão estar presentes diferentes entidades que representarão diversos segmentos sociais que atuam na área da Resex, a exemplo de órgãos governamentais das esferas federal, estadual e municipal; órgãos não governamentais; representações de diversos setores sociais; e as representações das comunidades tradicionais, com a maioria dos assentos (BRASIL, ICMBIO, IN 02, 2007).

Dentre vários objetivos do Conselho Deliberativo,⁹ de acordo com o Snuc, as populações tradicionais, por meio de suas representações, terão que se ocupar de uma considerável amplitude de posicionamentos. Primeiramente, terão que estar apropriadas do

⁹ Dentre outros, os objetivos do Conselho Deliberativo de uma Resex são:

“[...] IV – deliberar sobre propostas de pesquisa e projetos de intervenção na Unidade, adotando medidas para que os conhecimentos e benefícios gerados sejam repartidos com as populações tradicionais da Unidade;

V – promover ampla discussão sobre o papel da Unidade e a sua gestão;

VI – estimular e apoiar a criação ou o fortalecimento e formalização das organizações das populações tradicionais da Unidade, possibilitando a autonomia e o protagonismo dessas populações no seu processo de gestão;

VII – definir mecanismos de tomada de decisão que assegurem a efetiva participação das populações tradicionais na gestão da Unidade;

VIII – formalizar suas deliberações por meio de resoluções assinadas pelo presidente do Conselho Deliberativo e respaldadas por ata da reunião correspondente, conforme modelo contido no Anexo I;

[...] XI – consultar previamente as populações tradicionais da Unidade sobre autorização de exploração de produtos ou serviços potencialmente causadores de impacto ambiental ou que acarretem ônus financeiro para as comunidades tradicionais ou suas entidades organizativas;

XII – criar instâncias consultivas para a análise de especificidades da Unidade” (BRASIL, ICMBIO, IN 02, 2007, p. 6).

conceito de Resex, de seus objetivos e de seu modelo de gestão, para poder deliberar na área da unidade. Todas as atividades antrópicas nos limites da unidade deverão ser ordenadas, inclusive as próprias atividades das populações tradicionais.

O Conselho Deliberativo, conforme Snuc (Lei Nº 9.985, 2000), é que irá aprovar o Plano de Manejo da Resex, que será elaborado de forma participativa. Esta determinação é relevante, uma vez que todas as ações antrópicas dentro da unidade terão que estar regulamentadas para o uso sustentável dos recursos naturais. Em outras palavras, as comunidades tradicionais têm um instrumento oficial para, de fato, gerir seus territórios.

Emerge, no Conselho Deliberativo de uma Resex, a questão da prevalência dos interesses comuns sobre os interesses individuais. Ou seja, é observar se o uso do poder pelos componentes do Conselho Deliberativo está voltado para os interesses públicos, a exemplo da conservação ambiental; ou se os interesses são ainda puramente privados (LUCHMANN, 2002).

De acordo com Forget e Lebel (2001 apud MERTENS et al., 2011, p. 482), “estruturas que envolvem atores de categorias diversas, tais como pesquisadores, gestores governamentais, organizações não governamentais e movimentos sociais, [...] contribuem para facilitar a formulação de soluções adaptadas à complexidade dos problemas socioambientais [...]” Desta maneira, a pontuação de Forget e Lebel converge para o pensamento de Pretty, Bouma et al. e Brondizio e Ostrom, quando afirmam que “o capital social é um conceito multidimensional que encontrou nos campos do desenvolvimento sustentável, da gestão dos recursos naturais e da governança ambiental um fértil campo de aplicação” (PRETTY, 2003; BOUMA et al., 2008; BRONDIZIO; OSTROM, 2009 apud MERTENS et al., 2011, p. 483).

Dessa forma, na discussão do capital social das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana para deliberarem em um conselho, há que se ficar atento às pontuações de Luchmann, quando aborda os interesses pessoais e coletivos em processos deliberativos. Assim ela se expressa: “[...] o fato de que as crenças e opiniões são endógenas ao processo deliberativo pode representar tanto alterações, tendo em vista o bem comum, quanto alterações de interesses [...] para a implementação de medidas que beneficiem interesses pessoais e/ou corporativos” (LUCHMANN, 2002, p.17). De acordo ainda com a autora, “organizações sociais fortes e com capacidade de exercer influências e lobbies, grupos econômicos, partidos políticos, entre outros, são os que efetivamente apresentam maiores impactos na formulação de preferências endógenas” (LUCHMANN, 2002, p.18).

No contexto de processos deliberativos, como se pretende na gestão das Resex, Ruscheinsky (2010, p.102) diz que: “a eficiência da ação para a gestão não depende só da vontade política daqueles que a praticam, ancora-se igualmente nos contextos ou condições socioambientais, culturais, políticas que podem endossar ou reverter o sentido da intencionalidade.” Dessa forma, o autor também aponta para a discussão da relação entre direito privado e direito difuso no âmbito do conselho deliberativo. Essa problemática da disputa de poder, no Conselho Deliberativo da Resex, remete ao conceito de Bourdieu (1996) “[...] que assegura a seus detentores uma forma de apropriação privada de bens e de serviços públicos [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 31).

Franco (2001b, p. 153), ao analisar o desenvolvimento, se aproxima da perspectiva que considera o poder e a política como questões essenciais. Diz ele: “Desenvolvimento implica sempre mudança social em termos do padrão de organização e do modo de regulação predominantes existentes numa dada sociedade. Portanto, desenvolvimento social é, fundamentalmente, um problema de poder e de política.”

Considerando o aspecto deliberativo da política pública ambiental para o desenvolvimento local, na perspectiva da sustentabilidade ambiental, é de se perguntar: de que forma está se construindo o capital social das marisqueiras para participar dos instrumentos de gestão participativa da Resex Acaú/Goiana?

Espera-se que os resultados do presente estudo subsidiem a compreensão do capital social das marisqueiras para a gestão do desenvolvimento local da Resex, por meio do Conselho Deliberativo, Plano de Manejo e Acordos de Gestão.

No processo de investigação, para alcançar o objetivo do presente estudo, foi utilizada a estratégia metodológica de estudo de caso, como dizem Laville e Dionne (1999), “na possibilidade de aprofundamento que oferece, pois os estudos se veem concentrados no caso visado, não estando o estudo submetido às restrições ligadas à comparação do caso com outros casos” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 156).

Para isso, foi realizado um levantamento de documentos oficiais do Governo federal na construção do problema desta pesquisa, o qual foi aprofundado no decorrer do estudo, instrumentalizando o processo formal de criação de reservas extrativistas, ou seja, a regulamentação que abrange desde a criação até a gestão das Resex, incluindo leis, decretos e instruções normativas. Laville e Dionne (1999, p. 166), ao dizerem que “as pesquisas nas quais as pessoas são atingidas indiretamente, a partir de documentos [...] são as mais numerosas no campo das ciências humanas,” nos indicou a importância da análise de

documentos oficiais, uma vez que as regulamentações da criação de Resex constituem condicionantes às populações tradicionais para deliberar no processo de gestão dos territórios.

Foram realizados levantamentos e análises de informações sobre a criação da Resex Acaú/Goiana em jornais e periódicos, impressos e digitais disponíveis na internet. Documentos de instituições não governamentais, envolvidas nesse processo, também foram analisados. Foram essas fontes de informação que forneceram elementos para análise de como está acontecendo a implementação das políticas públicas ambientais.

Ampliado o acervo bibliográfico acerca da sustentabilidade na problemática desta pesquisa, buscamos articular com conceitos de capital social, disponíveis na literatura. Considerando a heterogeneidade dos atores sociais envolvidos na gestão da Resex Acaú/Goiana, incluindo setores governamentais e não governamentais, adotamos a perspectiva de Lavige e Dionne (1999, p. 168), que abordaram a importância do contato direto com as pessoas para atender às necessidades do pesquisador, e indicam a utilização de técnicas de observação direta, como a observação de campo, e técnicas de observação indireta, como a realização de entrevistas semiestruturadas.

Considerando também a condição de analista ambiental do autor desta pesquisa na região onde está localizada a Resex Acaú/Goiana, ficou-se atento, na coleta dos dados, a essa nuance, no sentido de que os entrevistados não confundissem o papel de pesquisador com a função que ele exerce em órgão público de ação na localidade. Aspecto para o qual Lavige e Dionne (1999, p. 168) chamam atenção, pois, segundo eles, “Em ciências humanas, o pesquisador é mais que um observador objetivo: é um ator envolvido.”

A observação de campo consistiu na presença do pesquisador em reuniões nas comunidades de Acaú/PB, Carne de Vaca/PE e São Lourenço/PE, na Resex Acaú/Goiana, no ano de 2012; e na participação no IV Encontro Nacional da Rede Mangue Mar Brasil, no período de 7 a 9 de dezembro de 2012. Estas observações foram compostas por “notas descritivas” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 180), contendo registros *in loco*, como, por exemplo, número de participantes da reunião, estrutura da organização da reunião, como características da participação dos presentes na assembleia. Em um momento, após o registro *in loco*, foram feitas as “notações analíticas” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 180), que consistiram em lembretes e anotações mais elaboradas, que deram conta da articulação entre o registro minucioso das participações em reuniões com a categoria do conceito de capital social, como: *confiança* como se discutirá na próxima seção.

Foram realizadas viagens para o Município Acaú/PB, Carne de Vaca/PE e São Lourenço/PE, no período de maio a julho de 2012, para a realização de duzentas e seis

entrevistas semiestruturadas, que foram aplicadas de maneira não probabilista, ou seja, é o caso da “amostra típica,” como dizem Laville e Dionne: “[...] de acordo com as necessidades do estudo, o pesquisador seleciona casos julgados exemplares ou típicos da população-alvo, ou de uma parte desta [...]” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 170).

Este recorte amostral foi adotado devido às marisqueiras constituírem uma população tradicional, passíveis, portanto, de ser analisadas a partir de categorias do capital social em sua dimensão endógena, ou cultural. As entrevistas propiciaram aproximação entre o observador e o observado, como nos dizem Laville e Dionne (1999, p. 189).

Aqui [...] o instrumento que emerge [...] possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores... em suma, tudo o que reconhecemos, desde o início, como o objeto das investigações baseadas no testemunho.

A definição da quantidade de entrevistas realizadas com as marisqueiras foi baseada no vínculo deles à Resex Acaú/Goiana. Ou seja, esse recorte constituiu uma amostra típica, como sugerem Laville e Dionne, já mencionada anteriormente, na qual as marisqueiras, a ser entrevistadas, abrangeram: participantes das reuniões ordinárias da Associação das Marisqueiras de Acaú(PB), Colônia de Pescadores de Acaú(PB), Associação de Moradores de Carne de Vaca(PE), Colônia de Pescadores de Ponta de Pedras(PE) e Colônia de Pescadores de Tejucupapo(PE), perfazendo um total de duzentas e seis entrevistas.

As entrevistas semiestruturadas foram compostas por um conjunto de perguntas abertas. Foram igualmente utilizadas perguntas em que o entrevistado pôde formular suas respostas, para uma aproximação maior do que ele realmente pensa. No processo de conversação, também, foram abordadas questões não previstas na entrevista (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 187).

As entrevistas semiestruturadas para a presente investigação foram compostas de quatro blocos de perguntas, dos quais três relacionados à categoria *confiança*, no âmbito do conceito de capital social. O primeiro bloco referiu-se às informações de identificação pessoal, como nome, idade, instituição que representa na rede. Os demais blocos tiveram função de articulação com a categoria, aqui escolhida, de capital social, como segue. O segundo bloco de perguntas da entrevista semiestruturada teve como objetivo sondar a *confiança generalizada* das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana. O terceiro bloco da entrevista semiestruturada foi concentrado em informações acerca da *confiança interpessoal*

das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana. O quarto bloco teve por objetivo abordar a *confiança institucional* das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana.

Estas três dimensões da *confiança* como categoria de análise do capital social foram articuladas com a noção de desenvolvimento local.

A próxima secção deste relatório, denominado *Capital Social, Desenvolvimento Local e Reserva Extrativista: aproximações teóricas* apresenta uma discussão entre autores do Capital Social em abordagens distintas. Essas abordagens apresentaram perspectivas endógena e exógena à cultura das marisqueiras. A construção desse diálogo com diferentes abordagens do capital social teve o intuito de trazer a tona à complexidade das dimensões da cultura tradicional das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana.

A secção, *Capital Social das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana*, apresenta a análise dos resultados dividida em três secções: *A confiança generalizada no processo de construção do Capital Social das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana*; *A confiança interpessoal no âmbito da faina da mariscagem da Resex Acaú/Goiana* e *A confiança institucional no contexto da gestão ambiental na Resex Acaú/Goiana*. Cada secção apresenta a articulação do aporte teórico utilizado com os dados coletados em campo, de maneira que ficasse evidente a complexidade da formação do capital social das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana.

Por fim, as Considerações finais e as Recomendações do presente relatório apresentam de forma sintética as análises dos resultados acerca do capital social das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana e levanta questões acerca do Capital Social como dimensão do Desenvolvimento Local.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O capital social, hoje considerado como uma das dimensões importantes do Desenvolvimento Local (FRANCO, 2001a; SILVEIRA, 2001; PAULA, 2001; JARA, 2001; JARA 1999; TRUSEN, 2002), tem suas principais matrizes teóricas em Putnam (2001), Coleman (2001) e Bourdieu (1998).

Putnam (2001, p. 93) se coloca entre os autores que abordam o capital social em sua dimensão cultural, ao pontuar que: “Una sociedad que se basa en la reciprocidad generalizada es más eficiente que una sociedad plagada de desconfianza, por la misma razón que el dinero é más eficiente que el trueque. La confianza es el lubricante de la vida social.” O autor se refere ao capital social pelas características da organização social, normas e confiança, intrínsecas à cultura, que facilitam a cooperação, de modo que o capital social é diretamente dependente dos aspectos culturais de uma sociedade.

Reis (2003, p. 37) constata a partir de Putnam, em seu estudo das instituições políticas na Itália, que o que ele denomina de “compromisso cívico” ou confiança tem como causa fundamental o aspecto histórico-cultural das diversas localidades da Itália, e aponta “duas dinâmicas arquetípicas para o problema do desempenho institucional: uma que ele chama “círculo vicioso autoritário,” e outra, em contraste, “círculo virtuoso democrático.” De acordo com a análise de Reis (2003) ao trabalho de Putnam, a primeira dinâmica Estado autoritário se impõe pelo medo e repressão e, na segunda, prevalecem os compromissos informais, em que os ganhos imediatos são protelados para recompensas futuras. É nessa interpretação do trabalho de Putnam, que Reis nos indica a abordagem culturalista do capital social.

Outra interpretação ao trabalho de Putnam é a de Sennett, que levanta questões acerca da dinâmica social em comunidades locais homogêneas. Diz ele:

[...] a experiência direta da diversidade na verdade leva as pessoas a se retirarem dessas vizinhanças; em sentido inverso, as pessoas que vivem em comunidades locais homogêneas se mostram mais socialmente inclinadas para os outros fora do seu universo e curiosas a seu respeito (PUTNAM apud SENNETT, 2012, p.15).

De acordo com a interpretação de Sennett ao trabalho de Putnam, há uma resistência em aceitar a diversidade no interior de uma comunidade, e ao mesmo tempo há uma propensão a buscar conhecer o diverso fora da comunidade. Ou seja, o autor pontua que há resistência em relação a conviver com as diferenças daqueles que estão próximos, e ao mesmo tempo uma busca do diferente, do *outro*, daqueles que estão *distantes*. Esta observação

reforça a abordagem cultural de Putnam, na medida em que considera que existe capital social em abundância apenas em comunidades que tenham uma cultura comum. Nesse contexto, Sennett (2012, p. 93), em seu trabalho, aborda a cooperação intimamente ligada com a competição, em que esta articulação se dá no “espectro das trocas,” que são divididas em cinco tipos:

[...] *trocas altruísticas*, implicando autossacrifício; *trocas ganhar-ganhar*, nas quais ambas as partes se beneficiam; *trocas diferenciadas*, nas quais os parceiros se conscientizam de suas diferenças; *trocas de soma zero*, nas quais uma das partes prevalece em detrimento da outra; e *trocas tudo para um só*, nas quais uma das partes anula a outra (grifo nosso).

As trocas *altruísticas* e as *trocas tudo para um só* estão na extremidade do espectro, em que a primeira se caracteriza nas relações humanas, “como uma experiência internalizada entre os seres humanos,” baseada em ações, tangíveis ou não, voltadas para o outro, independentemente se tenha algum tipo de expectativa de retorno. O inverso ocorre na outra extremidade do espectro, com as *trocas tudo para um só*. De acordo com o autor, “não existe vínculo entre os dois, domina completamente o predador máximo,” em que a ação é mais próxima de competição sem limites, não havendo espaço para cooperação (SENNETT, 2012, p. 109).

O equilíbrio entre a competição e a cooperação é mais provável quando se vai ao centro do espectro, porém ainda com um equilíbrio frágil, de acordo com o autor. É justamente nas trocas *ganhar-ganhar*, *diferenciadas* e de *soma zero*, em que se dão as trocas dialógicas, mas é nas *trocas diferenciadas* em que se evidencia a cooperação genuína, de acordo com o autor, em que acontecem “[...] os momentos ritualizados que celebram as diferenças entre os membros de uma comunidade, que afirmam o valor especial de cada pessoa, podem diminuir o ácido da cooperação invejosa e promover a cooperação” (SENNETT, 2012, p. 105).

Nessa visão, Putnam (2001) e Sennett (2012) possibilitam a análise da confiança, sob uma perspectiva da cultura tradicional das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana. Por outro lado, segundo Santos V. (2007), há outras formas de relações sociais que podem produzir capital social, que vão além dos laços culturais. Storper apud Santos V. pontua “[...] não existir nenhuma razão convincente para pensar que uma identidade adquirida não pode ser tão forte como uma identidade regional ou étnica [...]” Neste sentido, Storper apud Santos V. (2007, p. 659) diz que:

Putnam só considera que existe capital social onde ocorre uma abundância de *bonding*, ou seja, de comunidade, pois não trata (ou não considera relevante) as pontes entre os grupos sociais (*bridging*); a própria concepção de comunidade de Putnam seria [...] demasiado restrita, pois ele só considera com tal [...] os grupos que têm uma procedência cultural comum, baseada em laços históricos.

A abordagem cultural, apesar de propiciar uma análise acerca do capital social, tem suas restrições e elimina outras formas de relações sociais que interferem nos elementos que compõem o capital social.

Diante da presente discussão, impõe-se a seguinte questão: considerar a confiança e a cooperação como sendo endógenas ou exógenas ao indivíduo? Segundo Lundasen (2002, p.307), “[...] ainda que a confiança não pareça ter bases puramente racionais e informacionais, ela também não se parece com uma variável completamente exógena, fixada de uma vez para sempre.” Os elementos do capital social, a exemplo da confiança, são provenientes de uma estrutura endógena ao indivíduo.

Se considerarmos, porém, Freitas (2008, p. 96), observam-se abordagens críticas ao trabalho de Putnam, das quais as mais consistentes, segundo o autor, são as críticas de Evans (1996) e Fox (1996), ambos defensores de uma abordagem neo-institucionalista. Diz ele:

E, a partir dessa discussão, observou-se a polarização teórica das abordagens interpretativas do capital social: o culturalismo e o neo-institucionalismo. Ou seja, em contraposição ao impulso cultural de Putnam, tem-se que a *intervenção institucional é determinante da aglutinação ou dispersão do capital social*. Com a mesma abordagem, Cunha (2002) refere que a conformação (criação ou elevação) do capital social em determinados territórios dependeria da intervenção do Estado (grifo nosso).

Evans (1996 apud FREITAS, 2008) pontua que os diferentes níveis de organização social demandam uma intervenção do Estado, não como agente regulador, mas sim como ativista político mobilizador do capital social. No mesmo sentido, Castilhos (2002 apud FREITAS, 2008, p. 96) diz: “[...] que não é possível haver capital social sem levar em conta o papel destacado que cabe ao Estado na sua proteção ou coerção para a sua formação, manutenção ou difusão.”

Dessa maneira, as abordagens culturalista e neo-institucionalista têm contribuições para discussão do capital social, como diz Abu – El – Haj (1999 apud FREITAS, 2008, p. 96): “[...] há que se reconhecer as virtudes da horizontalidade, como condição para a mobilização coletiva da sociedade e, ao mesmo tempo, como portadora de papel essencial junto às instituições na geração de capital social.”

Não podemos deixar de considerar, portanto, o papel que o Estado tem no processo de criação do capital social ao instituir formalmente um instrumento de gestão compartilhada com a sociedade, a exemplo do Conselho Deliberativo da Resex. Emerge a importância, no presente estudo, da abordagem dos autores que tratam o capital social nessa perspectiva, ou seja, os autores denominados neo-institucionalistas.

Para Bourdieu, capital social pode ser considerado como estoque de créditos tangíveis ou não, podendo ser acessado a partir de estruturas, e nas relações de trocas em que o material e o simbólico são indissociáveis. Ou seja, “[...] se trata aquí de la totalidad de recursos basados en la pertinencia a un grupo” (BOURDIEU, 1998, p. 148).

Bourdieu observa as estratégias de utilização do capital social para uma projeção na estrutura social. O próprio Bourdieu (1998, p. 150), ao definir capital político, indica essa abordagem, ou seja, o capital social como instrumento de poder. Diz ele:

[...] el volumen de capital social poseído por un individuo dependerá tanto de la extension de la rede de conexiones que este pueda efectivamente movilizar, como del volumen de capital (econômico, cultural o simbólico) poseído por aquellos con quienes está relacionado.

Nesse sentido, Bourdieu (1998) nos chama a atenção para o esforço de mobilização do indivíduo para se vincular com pessoas, e dessa conexão converter em vantagem, seja ela individual ou de um grupo, material ou imaterial. O capital social, por esse enfoque, ganha consistência com a pontuação de Bourdieu acerca da desigual distribuição do poder no espaço social: “O *campo do poder* [...] é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 50, grifo nosso).

De acordo com Bourdieu (1996, p. 19), o espaço social é construído de acordo com dois “*princípios de diferenciação*” (grifo do autor) que em sociedade mais desenvolvidas são os dois mais eficientes – “o capital econômico e o capital cultural”. Ambos mais fáceis de serem analisados em relação ao capital social. Para melhor compreensão do capital social como estoque e como instrumento de poder, ou seja, do indivíduo buscando vantagens nas relações sociais, no contexto da estrutura social, considera-se também o conceito de *habitus*, como mediador, como nos fala Bourdieu (1996, p. 21): “O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um

estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (grifos do autor).

O conceito de *habitus*, dessa forma, se articula com o de capital social, na medida em que funciona como mediador entre o indivíduo e as estruturas sociais. Franco (2001b, p. 153), em seu trabalho “O conceito de capital social e a procura de um índice sistêmico de desenvolvimento local integrado e sustentável,” pontua acerca do aspecto político do capital social, ao assumir que: “Não se pode gerar Capital Social sem fazer política, e todos os programas de investimento em Capital Social são, em suma, programas políticos, ou seja, programas que implicam alterações de natureza política.” Esta abordagem comporta o capital social inserido em um contexto de disputa pelo poder. Nesse pensamento, admite-se que os elementos, que compõem o capital social, para o alcance de um objetivo, individual ou coletivo, provêm de uma apropriação individual ou coletiva de um determinado contexto.

Bourdieu (1998), ao observar o capital social como um manancial de recursos que emergem no âmbito das relações sociais, e que pode ser acessado individual ou coletivamente, e transformado em benefício, também, individual ou coletivo, e ainda que esse acesso esteja inserido no campo de disputa de poder com objetivo de projeção na sociedade, possibilita a análise do capital social na sua dimensão exógena, ou seja, pela abordagem que vai além da cultura.

Na abordagem de Coleman (2001, p. 51), o capital social é considerado por sua função, em que todas as entidades distintas contêm alguma dimensão das estruturas sociais e facilitam as ações dos atores dentro da estrutura. O autor pontua que “o capital humano é criado através de trocas entre as pessoas, as quais adquirem conhecimentos e capacidades para poder realizar tarefas novas.” De acordo com o autor, capital social é observado a partir de “[...] ciertos aspectos de la estructura social por sus funciones [...]” (COLEMAN, 2001, p. 55). Da mesma forma, o capital social se produz através das trocas nas relações entre as pessoas que facilitam a ação.

Coleman (2001) baseia-se na *Teoria da Ação Racional*, em que cada ator controla e tem interesse em certos recursos para alcançar determinado sucesso, ou seja, o capital social é produtivo e faz o possível para o alcance de determinados fins, como também é inerente à estrutura das relações entre dois ou mais atores.

Por outro lado, Matos (s/d) assume uma postura crítica ao dizer que a abordagem de Coleman não abrange “[...] todos os aspectos subjetivos das relações sociais que fogem à racionalidade, desprezando todas as contribuições da sociologia moderna que reservam um espaço privilegiado para o simbólico e para o imaginário.”

Entretanto, a abordagem de Coleman evidencia que as ações racionais também estão pautadas em relações de confiança e podem indicar diferenças entre diversas estruturas sociais. Como pontua Coleman apud Lundasen (2002):

[...] outro modo de transferir confiança de um grupo de pessoas conhecidas para um nível generalizado de pessoas é sugerido por Coleman (1990), em que mediadores podem facilitar a transferência. Por exemplo: A conhece B, mas não conhece C, que é conhecido de B; A pode então confiar em C por meio da relação que A tem com B. Se C não corresponder à confiança de A, A pode então retaliar B. Porém, nesse contexto racional é difícil ver como se pode confiar nas pessoas *em geral*; pois a confiança está relacionada com a informação e o contexto em cada situação específica (LUNDASEN, 2002, p. 307, grifo do autor).

Na abordagem de Coleman (2001), o capital social contribui para a formação do capital humano. Coleman considera que as trocas nas relações sociais facilitam a ação.

Apesar de partir de bases teóricas diferentes, Bourdieu e Coleman consideram o capital social em seu aspecto exógeno. Ambos os autores contribuem para a análise do capital social no presente trabalho a partir de uma abordagem que vai além dos aspectos culturais, especificamente na observação de como instituições governamentais condicionam a participação marisqueiras da Resex Acaú/Goiana em discussões que enriquecem as suas experiências no contexto de criação, implantação e gestão de uma Resex. Em outras palavras, de acordo com Bandeira (2006 apud SANTOS V., 2007, p. 660), “[...] foi incorporado à discussão um [...] tipo de capital social, denominado *linking*, constituído por redes que estabelecem elos verticais que ligam as comunidades [...] às instâncias onde são tomadas as decisões que afetam o seu bem-estar.”

Diante da diversidade de abordagens do capital social, o recorte utilizado para esse conceito, no presente trabalho, foi articulado com a noção do desenvolvimento local que inclui, por seu turno, a sustentabilidade ambiental, como se verá a seguir.

Para Kliksberg (2008, p. 94), a noção de capital social soma-se às noções de capital humano, capital construído e capital natural e observa as interações entre essas noções. Diz ele: “Se o capital humano e o capital social se deterioram, isso criará obstáculos muito sérios para exploração adequada do capital natural e para produzir formas adequadas de capital construído.” Kliksberg, ao apontar a importância do Estado na formação do capital social, e assumir que essa intervenção do Estado tem que considerar os aspectos socioculturais, chama atenção para uma visão de complementaridade entre abordagens do capital social, ou seja, endógena, exógena e neoinstitucional.

Essa complexidade do capital social está contemplada por Paula (2001, p. 141) que, ao assumir uma perspectiva de desenvolvimento local, engloba além do capital social, o capital humano, a governança e o uso sustentável do capital natural, trazendo a noção de sustentabilidade para a discussão. Diz ele:

Pensar o desenvolvimento humano, social e sustentável, significa pensar um novo conceito de desenvolvimento que articula a dinamização do crescimento econômico com outros fatores, entre os quais: o crescimento do capital humano, o crescimento do *capital social*, a conquista da boa governança e o *uso sustentável do capital natural* (grifo nosso).

Essa abordagem do desenvolvimento, também, indica noção de sustentabilidade, na medida em que considera o uso sustentável dos recursos naturais, e conseqüentemente articula o conceito de capital social ao de capital natural. O autor considera o capital humano, o capital social, a governança e o capital natural como elementos indispensáveis ao desenvolvimento local. “Portanto, não existe a possibilidade de um desenvolvimento que se queira humano, social e sustentável sem a combinação simultânea de todos esses esforços” (PAULA, 2001, p. 144).

Da mesma forma, a concepção de desenvolvimento local de Franco (2001) comporta diversos recursos que estão interligados, dentre os quais: capital humano, capital social, capital empresarial, capital tradicional ou renda e o capital natural, e aponta o papel essencial do capital natural no desenvolvimento.

A noção de sustentabilidade, portanto, permeia a discussão do capital social das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana para o desenvolvimento local, considerando que estas marisqueiras deverão protagonizar o Conselho Deliberativo da Resex. Sustentabilidade não aquela onde “[...] acredita-se na resolução dos problemas ambientais e sociais com medidas técnicas e gerenciais, sem se questionar as instituições da sociedade vigente” (ACSELRAD, 2004 apud LOUREIRO, 2009). Da mesma forma, Quintas (2009, p. 49) nos diz que a sustentabilidade é permeada por “[...] um processo de construção coletiva de um *outro mundo* que seja socialmente justo, democrático e ambientalmente seguro. Não um mundo *aperfeiçoado*, mas um mundo *reinventado*” (grifos do autor).

Essa abordagem de sustentabilidade está na mesma linha de pensamento de Leff (2010), referente ao vínculo cultura-natureza, a qual se articula com os objetivos da Resex, de “proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (BRASIL, 2000, p. 1). Este vínculo toma diversas feições, na

medida em que o território brasileiro comporta diferentes biomas, entre eles: Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Campos Sulinos e Zona Costeiro-Marinha, onde vivem diversas populações tradicionais.

A satisfação das necessidades humanas e a qualidade de vida e do meio ambiente mostram-se interdependentes, na proposta da Resex, e o desenvolvimento econômico por si só não se sustenta e não dá mais conta da complexidade das questões sociais, que tem como epicentro os conflitos em torno das diferentes percepções de atores sociais em relação à natureza. Neste sentido, a Resex, como política pública ambiental, constitui uma estratégia diferenciada de desenvolvimento, que abrange novas relações entre sociedade e Estado, pautadas pela noção de sustentabilidade, como considera Paula (2001, p. 150). Diz o autor:

As estratégias de promoção do desenvolvimento local trabalham com a construção de um novo padrão de relacionamento entre Estado, Mercado e Sociedade. Seu horizonte utópico é a universalização da cidadania, no sentido da ampliação dos direitos e oportunidades para todos; a radicalização da democracia, no sentido da ampliação dos níveis de empoderamento; a *conquista da sustentabilidade*, no sentido da construção de novas formas de produção e consumo ambientalmente equilibradas (grifo nosso).

Nesse desenvolvimento, que abrange nova forma de integração entre homem e natureza, mediada pelo Estado, que interfere na cidadania, na democracia e na sustentabilidade; a dimensão local se impõe à questão ambiental, ao considerarmos o que Giddens (1990 apud HALL, 2006, p.72) chama de “separação entre espaço e lugar. O lugar é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado. Os lugares permanecem fixos; é neles que temos raízes.”

É na dimensão local onde ocorrem as relações da cultura com o meio natural, portanto, o lugar surge como elemento de grande significância e incide nas modificações da relação entre a dimensão cultural e a dimensão ambiental. Assim, a sustentabilidade se impõe como paradigma ao desenvolvimento, ou seja, como “[...] ampliação das oportunidades reais dos seres humanos, o desenvolvimento de suas potencialidades” (KLIKSBURG, 2008, p. 42).

A noção de sustentabilidade é inerente, portanto, ao conceito de desenvolvimento local, e se constitui aspecto essencial para que as comunidades tradicionais pleiteiem a criação de uma Resex, uma vez que o Artigo 4º da Instrução Normativa (IN) Nº 03, de 18 de setembro de 2007, do ICMBio, que dispõe acerca da criação das Resex, determina: “A solicitação para a criação de Resex ou RDS deve ser encaminhada formalmente ao Instituto Chico Mendes por população tradicional ou sua representação.” Em seu Parágrafo Único,

temos: “A solicitação da população tradicional pode vir acompanhada de manifestações de apoio de instituições governamentais, não governamentais, comunidade científica e da sociedade civil organizada” (BRASIL, ICMBIO. IN 03 2007, p. 2).

No âmbito das Reservas Extrativistas, a biodiversidade e a sociodiversidade dos territórios protegidos constituem grandes desafios à gestão ambiental, que exigem constantes estudos que subsidiem a administração pública. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) propõe uma série de procedimentos, tanto para a constituição do Conselho Deliberativo, como para a elaboração do Plano de Manejo, que considera tanto os conhecimentos técnico-científicos, como os tradicionais. O ICMBio propõe, também, um roteiro metodológico que se estende desde a criação até a gestão de unidades de conservação:

As particularidades dos processos de gestão destas categorias demandam o estabelecimento de procedimentos que garantam a participação qualificada da população local e o uso de metodologias que permitam gerar uma integração dos conhecimentos tradicionais com os técnico-científicos (BRASIL, ICMBIO, 2009, informação verbal).¹⁰

Essa metodologia possibilita a análise das populações tradicionais e seus modos de vida, principalmente nas formas de relação que essas populações têm com o meio natural, e como essa integração à natureza, passada tradicionalmente de geração a geração, contribui para a conservação dos recursos naturais. Castells (1999 apud BERNARDES; FERREIRA, 2009, p. 32), ao pontuar que “a principal forma de ambientalismo é a mobilização de comunidades em defesa de seu espaço geográfico, e contrário à devastação do meio natural em nível local,” articula as relações das populações tradicionais com o meio natural como elemento central na construção do desenvolvimento, na perspectiva da sustentabilidade. Neste sentido, Paula (2001, p. 144) diz:

O desenvolvimento, sobretudo se quer ser humano, social e sustentável, exige o protagonismo local. Os maiores responsáveis pelo desenvolvimento de uma localidade são as pessoas que nela vivem. Sem o interesse, o envolvimento, o compromisso e a adesão da comunidade local, nenhuma política de indução ou promoção do desenvolvimento alcançará êxito.

As populações tradicionais, como protagonistas do processo de gestão de seus territórios, para o desenvolvimento local, devem ser proativas para fazer prevalecer suas

¹⁰ Informação fornecida durante a oficina sobre elaboração de plano de manejo participativo de reservas extrativistas, referente ao Projeto Gestão de Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira, em 2009.

relações interpessoais e suas experiências com o meio natural, no sentido de conquistarem a sustentabilidade. Neste pensamento, Ramalho (2012b, p. 295), no seu trabalho “Arte Pesqueira: território da mestrança e do saber-fazer marítimo,” ao analisar a pesca artesanal, confirma as atividades dessas comunidades tradicionais extrativistas como intrinsecamente ligadas ao ambiente natural, e conseqüentemente condicionantes à sustentabilidade. Diz ele:

[...] pensar em práticas de gestão pesqueira é vê-las mais bem traduzidas, em larga medida, pelo saber-fazer marítimo contido e transmitido pelos mestres de pescaria, em sua arte, que guardam profundo conhecimento da ecologia local do mar, rios e estuários brasileiros. Qualquer política pública que negue esse potencial e não compreenda essa arte como aliada estará desafiando usos sustentáveis dos recursos pesqueiros.

Ramalho (2012b), ao observar o saber-fazer dos pescadores artesanais, intrinsecamente ligados ao espaço natural, aponta as Resex como um caminho para se gerir os recursos naturais na perspectiva da sustentabilidade, na medida em que essa política pública ambiental tem como essência o respeito às culturas tradicionais.

Com relação aos diversos discursos ambientalistas, Diegues (2001, p. 139) diferencia correntes de pensamento, e afirma o *ecologismo social* como um dos quais se percebe as populações tradicionais, com seus aspectos econômicos, sociais e culturais, como parte integrante do ambiente natural. Diz ele:

O ecologismo preservacionista tende a separar os aspectos sociais e ambientais, baseando sua estratégia na criação de parques sem gente, no controle demográfico, etc., o ecologismo social afirma as interligações entre o meio ambiente e os problemas sociais, propondo estratégias de envolvimento das comunidades locais rurais e urbanas na solução dos problemas socioambientais.

Na significação de proteção à natureza, diferentemente da postura preservacionista, passou-se a observar a possibilidade de conciliação entre a proteção da natureza e o aproveitamento econômico e sociocultural das áreas protegidas, em decorrência de outros conceitos de sustentabilidade.

No âmbito do discurso ambiental que interliga homem e natureza, Oliveira (2001) pontua que a cidadania extrapola o bem-estar e a qualidade de vida, e abrange os direitos civis, políticos e sociais, além dos direitos de terceira geração, chamados de direitos difusos.¹¹

¹¹ Direitos difusos, aqui compreendidos de acordo com o Art.225 da Constituição Federal: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencialmente à sadia qualidade de

Os direitos difusos, como dimensão da cidadania, constituem um elo entre o local e o global, na medida em que o ambiente natural não tem barreiras nem fragmentações, é uno, inteiro. Abrange, portanto, todo o planeta.

No mesmo sentido desse discurso ambiental, Loureiro (2011, p. 80), acerca dos direitos difusos, pontua: “envolvem complexos conjuntos de direitos e responsabilidades sociais, não mais limitadas aos padrões tradicionalmente associados ao Estado-Nação, mas, sim, pensadas, produzidas e reproduzidas em sentido global.”

Por outro lado, considerando a grande variedade de discursos ambientais, é de se levar em conta a pontuação de Barbanti (s/d) que tipifica posturas diversas no contexto do desenvolvimento sustentável. O autor identifica tanto posturas individuais que visam muito mais uma adaptação ao sistema econômico vigente, como posturas que visam o interesse comum, portanto mais próximas à noção de sustentabilidade. Diz ele:

Existem, pois duas suposições fundamentais na promoção do desenvolvimento sustentável: a de que é economicamente racional e eficiente aderir a ele, e a segunda de que é uma atitude humana racional subscrever à sustentabilidade, pois a ausência de sustentabilidade coloca em risco a reprodução da vida humana. Isto implica que as relações socioeconômicas não sustentáveis podem existir com base na defesa do interesse particular e imediato, mas não por muito tempo. Uma mudança em direção a práticas sustentáveis, com uma visão de interesse comum, difuso, e de atendimento às necessidades futuras, seria inevitável (informação da internet).

Na mesma linha crítica a alguns discursos ambientais, Leff (2010, p. 29) pontua que “[...] é preciso reconhecer e reincorporar à economia a produtividade da natureza e a criatividade da cultura. A transição para a sustentabilidade implica a paulatina desconstrução da economia antiecológica e entropizante predominante [...]” Leff critica o desenvolvimento sustentável na lógica da mercantilização da natureza, em que não é considerada a entropia, lei-limite da natureza.

Nessa perspectiva de sustentabilidade, é essencial falarmos acerca dos “processos coletivos de apropriação simbólica do significado da questão ambiental para a sociedade” (LOUREIRO, 2011, p. 96), que, de acordo com Loureiro, transcende a problemática ambiental e a questão técnica para solucionar tais problemas.

Corroborando com esse pensamento, Castro (2011, p. 109), acerca da educação ambiental, diz que ela não pode se limitar ao conteúdo escolar, mas se estende a uma

vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2003, p. 214).

percepção de uma “complexa rede de fatores políticos, econômicos, culturais e científicos.” Acrescente-se a isso a questão da percepção ambiental, aqui considerada como um autorreconhecimento das marisqueiras da Resex Acaú Goiana como legisladores do território em que habitam, diante de grandes desafios, primeiro devido à significativa quantidade de atribuições do Conselho Deliberativo, e segundo devido à sua complexidade, como mencionado anteriormente. Ou seja, a compreensão dessas marisqueiras de que os seus próprios modos de vida tradicionais condicionam o uso sustentável dos recursos naturais, e que devem ser respeitados conforme os preceitos da Resex.

Todo o processo de criação de Resex, desde sua solicitação até sua gestão, regulamentado por leis, decretos e instruções normativas, constitui, em si mesmo, uma política pública que mobiliza as populações tradicionais a participar do processo. A Resex em si caracteriza-se como propiciadora do capital social. Nesta linha de pensamento, Paula (2001, p. 144) diz:

As estratégias de planejamento e gestão compartilhadas, por serem participativas, contribuem para o crescimento do capital humano e do capital social, ampliando as possibilidades de empoderamento da população local e facilitando a conquista da boa governança, que são algumas das condições necessárias para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, para análise do capital social, definimos a categoria: *confiança*. Esta categoria nos auxilia na prospecção de dimensões conflituosas da confiança, com diversas abordagens teóricas do capital social, na perspectiva do Desenvolvimento Local com sustentabilidade ambiental, ou seja, como caminho para um “novo paradigma produtivo fundamentado nas sinergias entre os potenciais ecológicos, a produtividade tecnológica e a criatividade cultural” (LEFF, 2010, p. 49).

Com o objetivo de analisar as diversas abordagens do capital social à realidade local da Resex Acaú/Goiana, a seguir, a secção *Capital Social das Marisqueiras da Resex Acaú/Goiana*.

3. ANÁLISE DOS DADOS

O fato de as marisqueiras da Resex Acaú/Goiana constituírem uma população tradicional, que busca a sustentabilidade ambiental, possibilita a análise do capital social na dimensão das relações sociais no âmbito da mariscagem local.

Dessa maneira, Putnam (2001), Reis (2003), Santos V. (2007) e Sennett (2012), ao abordar dinâmicas sociais que tangem a formação do capital social, condicionam as relações de confiança como categoria importante de análise desse capital.

Considerando, ainda, uma abordagem que vai além da dimensão cultural para gestão da Resex Acaú goiana, no âmbito do Conselho Deliberativo, portanto campo de disputas de poder é fundamental, também, no presente trabalho, utilizar como instrumento de análise as relações sociais desses pescadores no âmbito dos grupos sociais, como sugerem as abordagens de Bourdieu (1998), Franco (2001b), Coleman (2001) e Lundasen (2002), ao tratarem do capital social.

Como todo o processo de criação até a gestão de uma Resex se constitui a partir de uma política pública ambiental do Governo federal, a análise do capital social das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana exige uma abordagem neoinstitucional, que considera o papel do Estado como fator significativo no fortalecimento ou no enfraquecimento do capital social (FREITAS, 2008).

Para análise do capital social das marisqueiras da Resex Acaú Goiana, esta seção está dividida em três partes: a primeira intitulada *A confiança generalizada no processo de construção do Capital Social das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana*; a segunda intitulada *A confiança interpessoal no âmbito da mariscagem da Resex Acaú/Goiana*; e a terceira com o título *A confiança institucional no contexto da gestão ambiental da Resex Acaú/Goiana*.

3.1 A confiança generalizada no processo de construção do Capital Social das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana

No intuito de compreender alguns elementos que compõe as relações de confiança das marisqueiras, duzentas e seis entrevistadas, foram inicialmente solicitadas que escolhessem entre duas respostas para a seguinte proposição: “De modo geral, na comunidade, você diria que: Pode-se confiar nas pessoas ou que Nunca é demais ter cuidado”. A maioria das entrevistadas, 88% delas, optou pela resposta “Nunca é demais ter cuidado”, enquanto que

12% delas escolheram a resposta “Pode-se confiar nas pessoas”. Esses resultados *a priori* indicam que as relações de confiança generalizada na comunidade são incipientes. Mas, seguindo a pista de Lundasen (2002), não se considerou uma única questão suficiente para avaliar a confiança generalizada. Dessa forma, com o objetivo de aprofundar a compreensão da confiança generalizada, perguntou-se às marisqueiras: “A maioria das pessoas está disposta a ajudar, caso você precise?” no sentido de que a expectativa de receber auxílio da maioria das pessoas da comunidade indicaria, em alguma medida, confiança generalizada entre as marisqueiras da Resex Acaú/Goiana. A fala das marisqueiras demonstrou que 47% das entrevistadas responderam de forma positiva, ou seja, que a maioria das pessoas da comunidade estaria disposta a ajudá-la, caso precisasse; 32 % das entrevistadas responderam que “às vezes”, ou seja, que a ajuda da maioria das pessoas da comunidade poderia ocorrer eventualmente; e 17% das entrevistadas responderam de forma negativa, ou seja, que a maioria das pessoas da comunidade não estaria disposta a ajudá-la, caso precisasse (Figura 01).

Ora, esses resultados indicam certa contradição, pois o fato de 88% das entrevistadas afirmarem que “Nunca é demais ter cuidado” com pessoas da comunidade, não condiz que 47% dessas mesmas entrevistadas afirmarem que “a maioria das pessoas da comunidade está dispostas ajudá-la, caso ela precisasse”. Talvez, o fato de grande parte de essas marisqueiras ter afirmado que a maioria das pessoas estaria disposta a ajudar indique mais o sentimento de “apostar” do que o de “confiar”, comportamentos definidos por Lundasen (2002) como “patologias da confiança”. Em seguida, as marisqueiras foram questionadas da seguinte maneira: “Os seus amigos são de fora da família?”, sendo que 54% das entrevistadas responderam que os seus amigos são da família; 37% delas responderam que seus amigos são de fora da família; e 9% delas responderam que tem amigos dentro e fora da família (Figura 01). O fato de as marisqueiras responderem, em sua maioria, que seus amigos estão dentro da família, permite inferir que é mais plausível considerar que quando as marisqueiras responderam que a maioria das pessoas estaria disposta a ajudar, caso elas precisassem, ela estivessem considerando pessoas próximas como familiares e amigos. Essa análise torna razoável a inferência de que a confiança generalizada entre as marisqueiras da Resex Acaú/Goiana se encontra incipiente, ou seja, a confiança está circunscrita nos laços fortes de familiares e amigos.

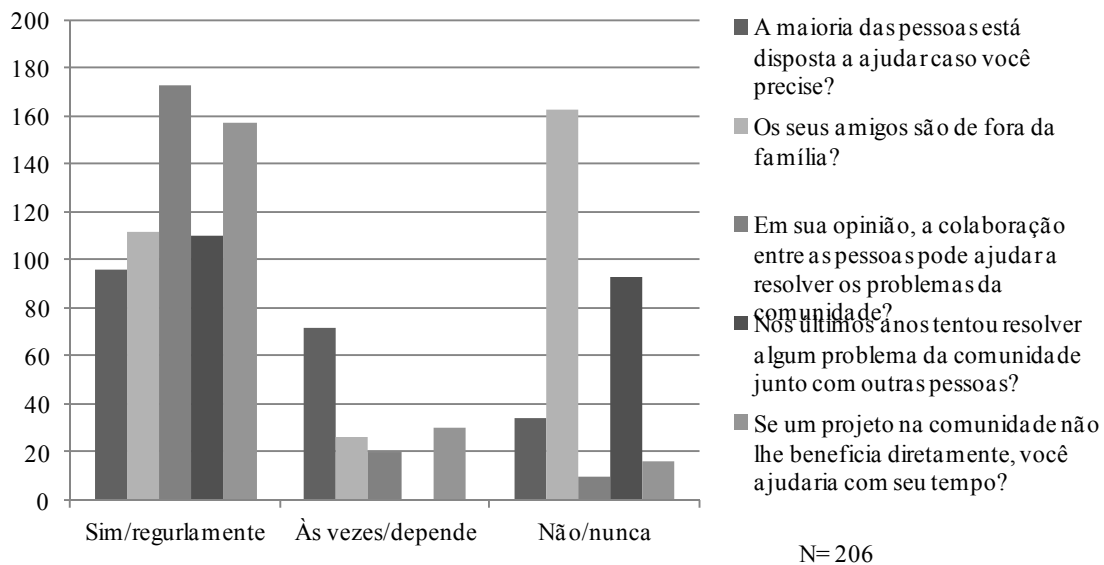


Figura 01 - Gráfico de barras representando a opinião das marisqueiras da Resex Acaú/Goia em relação a elementos que indiquem confiança generalizada.

Para saber a opinião das marisqueiras acerca da cooperação no sentido de que a cooperação pode ser considerada um desdobramento da confiança foi perguntado a elas: “Em sua opinião, a colaboração entre as pessoas pode ajudar a resolver os problemas da comunidade?” de modo que 85% delas responderam “Sim”; 10% delas responderam “Às vezes”; e 5% dela responderam “Não”. Em seguida, as marisqueiras foram perguntadas: “Nos últimos anos tentou resolver algum problema da comunidade junto com outras pessoas?” de modo que 54% delas reponderam “Sim”; e 46% delas responderam “Não”. E por fim, perguntou-se às marisqueiras: “Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, você ajudaria com seu tempo?” de modo que 78% das marisqueiras responderam “Sim”; 13% delas responderam “Depende”; e 9% delas responderam “Não” (Figura 01). De acordo com os resultados acerca da cooperação, pode-se notar significativa diferença entre a opinião acerca da cooperação e o ato cooperativo em si mesmo, na medida em que a ação coletiva das marisqueiras não se concretizou proporcionalmente pela opinião das mesmas acerca da cooperação. Essa análise se articula com a pontuação de Lundasem (2002, p. 307). Diz ele: “Assim, ainda que a confiança não pareça ter bases puramente racionais e informacionais, ela não se parece com uma variável completamente exógena, fixada de uma vez para sempre”. Esse pensamento leva-se a considerar os aspectos subjetivos das marisqueiras para alcançar as relações de confiança em outras dimensões. Nesse sentido, para aprofundar as relações de

confiança entre as marisqueiras da Resex Acaú/Goiana, trataremos a seguir a questão da confiança interpessoal na dimensão da mariscagem.

3.2 A confiança interpessoal no âmbito da faina da mariscagem da Resex Acaú/Goiana

As análises referentes às relações de confiança generalizada das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana mostraram sua incipiência na dimensão do bairro onde residem, e na tentativa de compreender essas relações no âmbito da mariscagem, perguntou-se a elas “Com quem a Senhora aprendeu a coletar mariscos?” de modo que 83% das entrevistadas responderam que tinham aprendido a coletar mariscos com pessoas da família (principalmente a mãe), 16% das entrevistadas responderam que aprenderam a atividade com pessoas da comunidade, e 1% das entrevistadas afirmaram ter aprendido a atividade com pessoas fora da comunidade (Figura 02). Em seguida, as entrevistadas foram questionadas se coletavam mariscos em grupo, de modo que 85% delas responderam que sim; 14% delas responderam não; e 1% delas respondeu que às vezes coletavam mariscos em grupo.

A relação entre esse processo de aprendizagem, na coleta de mariscos, e o meio ambiente parece evidente entre as marisqueiras da Resex Acaú/Goiana, de modo que quando questionadas: “Em sua opinião, o que mais prejudica a coleta de mariscos?”, 50% delas responderam que o que mais prejudica a atividade é a “coleta de mariscos pequenos”; 30% delas responderam que o que mais prejudica a coleta de mariscos é a “falta de fiscalização”; 10% delas responderam que o que mais prejudica a coleta de mariscos é “poluição dos estuários”; 7% delas responderam que “a quantidade de pessoas coletando” é o que mais prejudica a atividade; e 3% delas disseram ser o “desmatamento dos mangues” a principal causa que prejudica a coleta de mariscos (Figura 03). Essas respostas evidenciam como as questões ambientais estão presentes no cotidiano das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana.

Em seguida as marisqueiras foram questionadas “Quem é o mais responsável por esta situação?”, de modo que 42% das entrevistadas responderam que “As marisqueiras” eram as principais responsáveis pela atual situação; 38% delas responderam que “O governo” era o principal responsável; 11% delas responderam que os principais responsáveis eram “As empresas de camarão”; e 9% delas disseram que “As usinas de cana” eram as mais responsáveis (Figura 04). Observa-se que na opinião das entrevistadas o fator que mais prejudica a atividade é a coleta de mariscos pequenos, e que são as próprias marisqueiras as mais responsáveis por essa situação. De acordo com o relato de uma das marisqueiras da

comunidade de Carne de Vaca, Estado de Pernambuco, muitas pessoas, da comunidade de Acaú (PB), utiliza-se de *puçá*¹² para coletar mariscos, e que essa prática além coletar um maior número de mariscos também coleta exemplares jovens desse molusco.

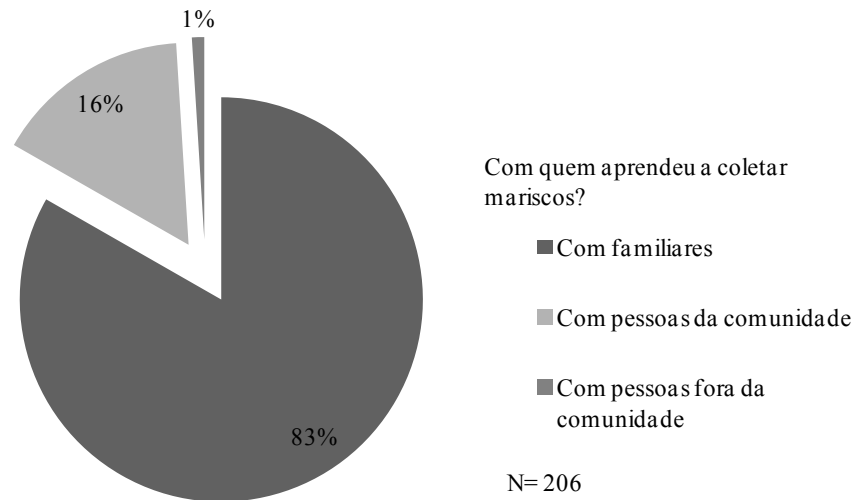


Figura 02 - Gráfico circular representativo do processo de aprendizagem da atividade marisqueira da Resex Acaú/Goiana.
FONTE: Entrevistas semiestruturadas.

Esses resultados evidenciam a coleta de mariscos como uma atividade essencialmente familiar, na qual o *saber fazer* dessa atividade é transmitido por pessoas próximas, familiares na maioria, onde o momento de aprendizagem se articula com o momento de trabalho. Por um lado as marisqueiras mais experientes ao mesmo tempo em que exercem o trabalho de coleta também ensinam às aprendizas o ofício de coletar mariscos, por outro lado, as aprendizas ao mesmo tempo em que se apropriam do modo de fazer da atividade também ajudam na produtividade familiar. Essa atividade se caracteriza como “[...] momentos ritualizados que celebram as diferenças entre os membros de uma comunidade, que afirmam o valor especial de cada pessoa [...]” (SENNETT, 2012, p. 105). Essa cooperação pode ser considerada um desdobramento de relações de confiança, e se articula com a pontuação de Putnam: “Una sociedade que se basa en la reciprocidad generalizada es más eficiente que una sociedad

¹² De acordo com a descrição da entrevistada, o *puçá* consiste em uma estrutura de madeira, com forma semicircular, munida de uma panagem de rede, e um cabo. Essa estrutura é arrastada no substrato para capturar os mariscos. Esse tipo de coleta é praticado por homens, devido à necessidade de muita força física.

plagada de desconfiança, por la misma razón que el dinero é más eficiente que el trueque. La confianza es el lubricante de la vida social.” (PUTNAM, 2001, p. 93)

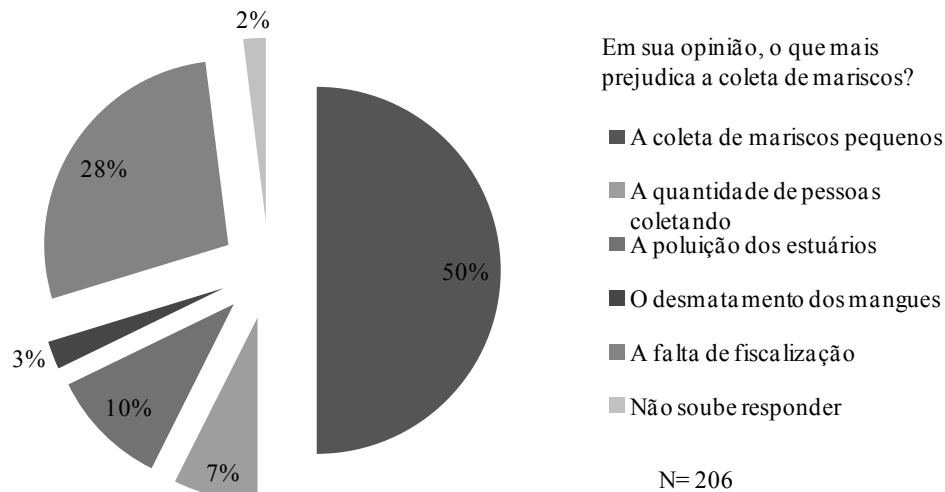


Figura 03 - Gráfico circular representativo da opinião das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana acerca dos aspectos prejudiciais à atividade.
FONTE: Entrevistas semiestruturadas.

A forma de como os conhecimentos da faina marisqueira é passada de geração a geração, estabelece laços de confiança entre elas, e se caracteriza por uma relação específica com o meio natural. As marisqueiras desenvolvem percepções ambientais acerca de movimentos das marés, variações ambientais, variações meteorológicas, fauna e flora presentes nos estuários, e passam essas vivências para as marisqueiras jovens. Esse processo de aprendizagem contém elementos ecológicos que, em alguma medida influenciam, na construção das relações de confiança. Portanto, a construção dessas relações de confiança na atividade da coleta de mariscos, permeada pelas variações ambientais, evidencia caráter ecológico a partir de uma abordagem cultural, como pontua Ramalho (2012b, p. 268-269), em seu estudo “A arte pesqueira: território da mestrança e do saber-fazer marítimo,” ao falar das relações de aprendizagem, dos pescadores artesanais. Diz ele:

A cooperação de saberes e de fazeres não é só necessária, é a própria razão de ser da pesca artesanal [...]. Todos os pescadores, devido à socialização entre eles desse saber-fazer, sentem-se e se auto-intitulam, [...] de artistas do mar, porque pescar, de alguma maneira, já é arte, não no mesmo nível do mestre.

Essas relações de confiança denominam-se, de acordo com alguns autores, *bonding*, ou seja, relações interpessoais com pessoas mais próximas, entre elas, pais, filhos, amigos e colegas de trabalho (STORPER apud SANTOS V., 2007). O processo de aprendizagem entre as marisqueiras da Resex Acaú/Goiana, portanto, dialoga com a noção de sustentabilidade, pois “[...] é preciso reconhecer e reincorporar à economia a produtividade da natureza e a criatividade da cultura” (LEFF, 2010, p. 29).

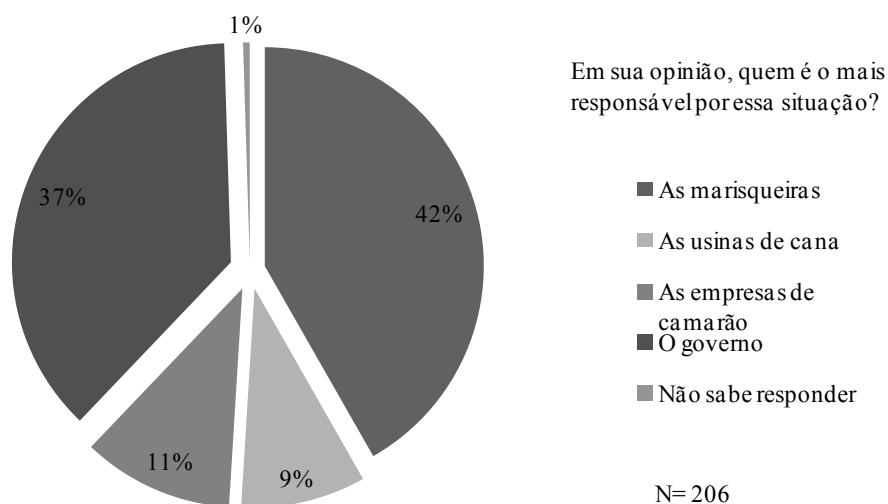


Figura 04 - Gráfico circular representativo da opinião das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana acerca dos responsáveis pelos aspectos prejudiciais à atividade.
FONTE: Entrevistas semiestruturadas.

Ao compararem-se as respostas das entrevistadas referentes ao processo de aprendizagem da atividade com as respostas referentes às questões prejudiciais da atividade e as questões de responsabilidade pelas ações que influenciam negativamente à atividade, observa-se que apesar de a atividade, de coleta de mariscos, apresentar-se como um espaço de confiança e cooperação num mesmo grupo, seja familiar ou de amigos, não se evidencia essas mesmas características nas relações entre marisqueiras de várias comunidades diferentes. O fato de que a confiança, das marisqueiras da Resex Acaú / Goiana está restrita a familiares e pessoas mais próximas, se assemelha ao que Yamagishi apud Lundasen disse acerca da “[...] expectativa básica de um comportamento não explorador da contraparte [...]” (YAMAGISHI apud LUNDASEN, 2002, p. 306). Ou seja, essa expectativa de “não ser explorado” fica circunscrita a marisqueiras de um mesmo grupo, enquanto que entre as marisqueiras de

comunidades diferentes não têm expectativas de não serem exploradas, portanto não estabelecem relações de confiança.

A incipiência das relações de confiança entre marisqueiras de diferentes comunidades pode ser abordada a partir da tensão entre o uso desordenado da atividade e a sustentabilidade ambiental, em outras palavras, o limite dos *recursos pesqueiros*¹³ não comporta o aumento ilimitado do *esforço de pesca*¹⁴. Dessa forma, as relações de confiança são tensionadas por relações de competição entre diferentes grupos de marisqueiras. Essa inferência se concretiza pelo fato de as marisqueiras indicarem que o que mais prejudica a atividade é a coleta de mariscos jovens, e que as responsáveis por esse fator negativo da atividade são das marisqueiras de outras comunidades.

Continuando o processo de investigação, perguntou-se às marisqueiras: “Existem regras, entre as marisqueiras, para coletar mariscos nas *croas*¹⁵?”, de modo que 95% das entrevistadas responderam que não havia regras, enquanto que 5% delas responderam afirmativamente, que existiam regras entre as marisqueiras. Entre as que afirmaram existir regras, foram questionadas que regras eram essas, de modo que uma entrevistada respondeu “não coletar marisco no período reprodutivo”, duas entrevistadas responderam “não trazer marisco miúdo”, uma entrevistada afirmou “ter que tirar marisco na mão”, e as demais (nove marisqueiras) apesar de afirmarem ter regras entre as marisqueiras não souberam dizer quais regras eram essas. As entrevistadas que afirmaram existir regras entre as marisqueiras, inclusive citando algumas dessas regras, indica mais uma insatisfação com alguns métodos de coletar mariscos utilizados pelas marisqueiras, e conseqüentemente uma vontade de modificar essas práticas, do que a existência mesma dessas regras. Tal inferência é encorajada na medida em que a maioria das entrevistadas (95%) afirmou não existir regras entre as marisqueiras. É interessante lembrar que a 50% das marisqueiras apontou a coleta de mariscos pequenos como causa mais prejudicial à atividade, e que 30% delas apontou a falta de fiscalização como o fator que mais prejudica a atividade. Esses dois fatores, escolhidos por 80% das entrevistadas, como os mais prejudiciais à atividade, não são antagônicos à ausência de regras, ao contrário, eles reforçam a argumentação de que a falta de regras entre as marisqueiras fragilizam as relações de confiança. Esse contexto se articula com a pontuação

¹³ Segundo Fonteles Filho (2011, p. 67) “Todas as espécies de um ecossistema estuarino/marinho que venham que venha a ser objeto de exploração pela pesca, são por definição *recursos pesqueiros*” (grifo do autor).

¹⁴ Segundo Fonteles Filho (2011, p. 250) “O esforço de pesca representa a ação predatória do homem sobre as populações aquáticas, através do aparelho de pesca, causando uma mortalidade proporcional à intensidade de seu uso”.

¹⁵ De acordo com relato de uma entrevistada, croa é a denominação local dada aos bancos de areia e de lama onde são coletados mariscos.

de Coleman (2001, p. 60), ao dizer que “[...] es la norma que establece que uno debería superar sus intereses egoísticas y actuar em beneficio de la colectividad.”

As marisqueiras também foram questionadas: “Em sua opinião, a coleta de mariscos pode melhorar?”, de modo que 86% das entrevistadas responderam de maneira positiva, ou seja, acreditavam que a atividade poderia melhorar; 9% delas responderam que “depende”, e que a melhoria da atividade dependeria da “fiscalização da atividade”, da “criação do seguro-defeso” e de “parar de pegar mariscos com ciscador e puçá”. Enquanto que 5% das entrevistadas responderam que não acreditavam na melhoria da atividade de coleta de mariscos. Curiosamente, apesar de algumas análises sugerirem a fragilidade das relações de confiança na comunidade, a maioria das entrevistadas acredita na melhoria da atividade de coletar mariscos e, dessa forma, indicando um sentimento positivo generalizado em relação à atividade. Entretanto, esse tipo de expectativa positiva, entre a maioria das entrevistadas se assemelha mais em *apostar* do que *confiar*, como já mencionado, uma vez que todos os resultados referentes confiança das marisqueiras, no âmbito comunitário, indicaram que essas relações de confiança são fragilizadas. De acordo com Lundasen (2002), “Esses comportamentos são definidos como *patologias da confiança* e não devem ser confundidos com a confiança verdadeira” (LUNDASEN, 2002, p. 306, grifos do autor). Ou seja, as marisqueira da Resex Acaú/Goiana não apresentam de forma significativa capital social *bridging* (STORPER apud SANTOS, V., 2007), que funciona como ponte de ligação entre diversos grupos de marisqueiras.

De acordo com as entrevistadas, a “falta de fiscalização” é o segundo fator que mais prejudica a atividade e que, por sua vez, está interligado com todos os outros fatores apontados como prejudiciais à atividade de coleta de mariscos. Ora, o Estado, órgão responsável pelo ordenamento do uso dos recursos naturais, pelo fato de não atuar de maneira eficaz na fiscalização ambiental, interfere de forma negativa na construção de relações de confiança entre diversos grupos de marisqueiras da Resex Acaú/Goiana. Algumas abordagens críticas ao trabalho de Putnam, das quais as mais consistentes, segundo Freitas (2008), são as críticas de Evans (1996) e Fox (1996), elucidada como o Estado pode interferir na formação do capital social. Diz ele:

... em contraposição ao impulso cultural de Putnam, tem-se que a *intervenção institucional é determinante da aglutinação ou dispersão do capital social*. Com a mesma abordagem, Cunha (2002) refere que a conformação (criação ou elevação) do capital social em determinados territórios dependeria da intervenção do Estado (grifo nosso).

Evans (1996 apud FREITAS, 2008) pontua que os diferentes níveis de organização social demandam uma intervenção do Estado, não como agente regulador, mas sim como ativista político mobilizador do capital social. No mesmo sentido, Castilhos (2002 apud FREITAS, 2008, p. 96) diz: “[...] que não é possível haver capital social sem levar em conta o papel destacado que cabe ao Estado na sua proteção ou coerção para a sua formação, manutenção ou difusão”.

Nesse sentido, com a finalidade de aprofundar a questão da confiança institucional, a próxima seção abordará as relações de confiança entre as marisqueiras da Resex Acaú/Goiana e as instituições governamentais.

3.3 A confiança institucional no contexto da gestão ambiental na Resex Acaú/Goiana

A análise das relações de confiança entre as marisqueiras da Resex Acaú/Goiana e instituições governamentais tem por finalidade a compreensão de como o Governo está interferindo no capital social destas marisqueiras. Nesse sentido, as marisqueiras foram questionadas com uma pergunta de múltipla escolha: “Quanto você confia no governo?”, para escolher dentre as seguintes respostas: “Muito”; “Nem muito, nem pouco”; “Pouco”; ou “Não confio”. Dentre as entrevistadas, 30% responderam “Nem muito, nem pouco”; 27% responderam “Muito”; 26% responderam “Pouco”; e 17% responderam “Não confio”. De acordo com Lundasen (2002, p. 305).

Para aprofundar a compreensão acerca das relações de confiança entre as marisqueiras da Resex Acaú/Goiana e o Governo, optou-se em abordar a avaliação dessas marisqueiras acerca dos serviços prestados pelo Governo, no sentido de que essa percepção possa evidenciar algum componente dessas relações de confiança. As marisqueiras foram questionadas: “Como avalia o posto de saúde da sua comunidade?”, de modo que 65% das entrevistadas responderam “Péssimo”; 28% responderam “Regular”; e 7% responderam “Bom” (Figura 05). As marisqueiras foram perguntadas: “Como avalia as escolas de sua comunidade?”, de modo que 38% responderam “Péssimo”; 32% responderam “Bom”; e 30% responderam “Regular”. Com relação ao abastecimento de água na comunidade, 53% das marisqueiras responderam “Péssimo”; 25% responderam “Bom”; e 22% responderam “Regular” (Figura 05). Ao questionar-se as marisqueiras: “Como avalia o sistema de esgoto da sua comunidade?”, 96% responderam “Péssimo”; 2% responderam “Regular”; e 2% responderam “Bom” (Figura 05). Ao questionar as marisqueiras: “Tem coleta de lixo na sua comunidade?”, 50% responderam “Sim”; 36% responderam “Às vezes”; e 14% responderam

“Nunca”. Ainda no âmbito das instituições governamentais as marisqueiras foram questionadas: “Acredita que o valor que se paga de impostos é: Elevado, Razoável ou Baixo”, de modo que 79% reponderam “Elevado”; 16% reponderam “Razoável”; e 5% reponderam “Baixo”. As marisqueiras, também, foram questionadas: “Possue outra forma de fazer renda além da coleta de mariscos?”, de modo que 87% delas responderam “Sim”; 11% responderam “Às vezes”; e 2% responderam “Não”. Essas que afirmaram ter outra forma de renda totalizam cento e setenta e seis marisqueiras. Dentre essas, 83% afirmaram o Programa Bolsa Família como forma de renda alternativa à coleta de mariscos.

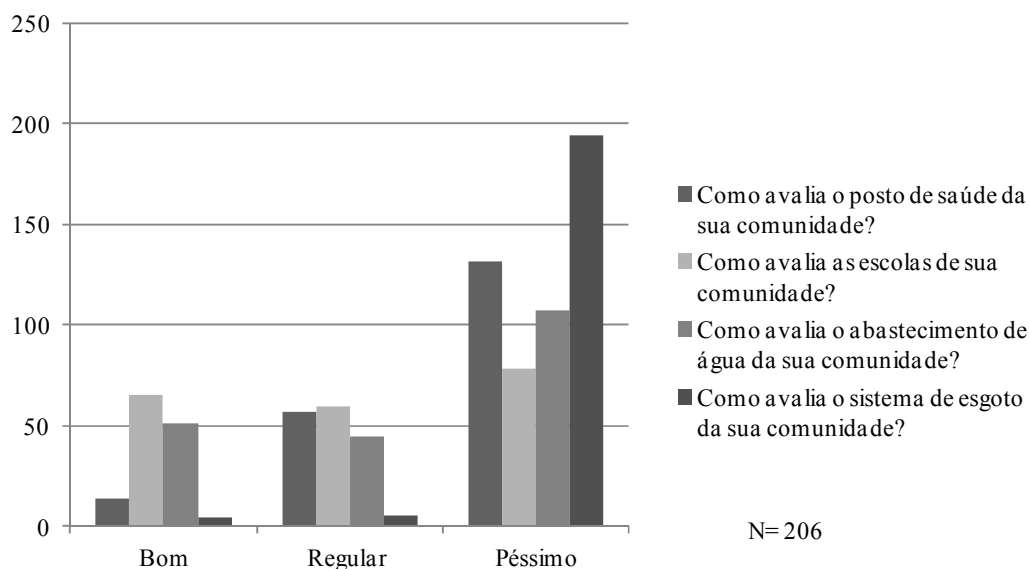


Figura 05 - Gráfico de barras representando a avaliação das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana sobre os serviços básicos prestados por instituições governamentais.
 FONTE: Entrevistas semiestruturadas.

As respostas de 30% das marisqueiras que afirmaram confiar no Governo “Nem muito, nem pouco”, e de 27% delas responderem que confiam “Muito” no Governo indica preliminarmente que há uma confiança razoável no Governo. Mas, as respostas subsequentes referentes à avaliação das marisqueiras aos serviços básicos prestados pelas instituições governamentais não condizem com os resultados acerca da confiança no Governo. Ora, dentre os serviços avaliados pelas marisqueiras, a categoria “Péssimo” se mostrou representativa, em relação à saúde, 65% das marisqueiras; em relação à educação, 38 % das marisqueiras; em relação ao abastecimento de água, 53% das marisqueira; e em relação ao sistema de esgoto, 96% das marisqueiras; além de 79% das entrevistadas acreditarem que o

valor que se paga de impostos é “Elevado”. Portanto essas avaliações não indicam confiança das marisqueiras em relação ao Governo, ao contrário, esses resultados indicam que o fato de as respostas das marisqueiras à questão “Quanto você confia no Governo” é passível de muitas interpretações e, dessa maneira, não é suficiente para avaliar as relações de confiança entre as marisqueiras e as instituições governamentais.

Por outro lado, o fato de 83% das marisqueiras, das que afirmaram ter outra renda além da coleta de mariscos, receberem auxílio financeiro do Programa Bolsa Família, deve ser considerado como um fator que interfira nas respostas das marisqueiras em relação à confiança no Governo, evidenciando a complexidade da análise, pois as ações do Governo abrangem inúmeros setores sociais que podem ser interpretadas de diferentes maneiras. Dessa forma, a análise do Capital Social deve considerar as pontuações dos neo-institucionalistas ao apontarem a importância do Estado na construção ou desconstrução desse capital.

Soma-se a isso, portanto, o papel que o Estado tem no processo de criação do capital social ao instituir formalmente um instrumento de gestão compartilhada com a sociedade, a exemplo do Conselho Deliberativo da Resex Acaú/Goiana, evidenciando como o Estado pode interferir de forma positiva no Capital Social das marisqueiras. Pois, todo o processo de criação de Resex, desde sua solicitação até sua gestão, regulamentado por leis, decretos e instruções normativas, constitui, em si mesmo, uma política pública que mobiliza as comunidades tradicionais a participar do processo. A Política Pública de criação de Resex em si caracteriza-se como propiciadora de capital social.

A forma de gestão participativa das Resex, pelo Conselho Deliberativo, promove deslocamento de poder ao propiciar às populações tradicionais o protagonismo na gestão do uso dos recursos naturais, e dessa forma, lideranças locais tem a possibilidade tomarem decisões em defesa dos interesses locais. A respeito da gestão participativa, Barquero (2001 apud FADIGAS, 2010) pontua: “Esse paradigma, que se iniciou há pouco mais de duas décadas, tem revelado a sociedade civil e suas entidades como novas gestoras ambientais competentes para atuar em prol do equilíbrio dos sistemas naturais”. Nesse sentido, é essencial abordar a participação das marisqueiras em reuniões dos grupos em que participam.

Para compreender a confiança institucional das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana, utilizou-se a estratégia de abordar a participação dessas marisqueira nos diversos grupos sociais em que participam, para que se pusesse deduzir como estariam participando no Conselho Deliberativo da Resex. Dessa forma, questionou-se se elas participavam em grupos ou associações em sua comunidade, de modo que 42% delas responderam que participavam em três grupos; 30% delas afirmou participar em dois grupos; 11% delas afirmou participar

em um grupo; 11% delas afirmou participar em mais de três grupos; e 6% afirmou não participar em grupos ou associações. Dentre as que participam em um ou mais grupos sociais, 54% das entrevistadas afirmou ser a Colônia de Pescadores o grupo mais importante em sua vida; 22% delas afirmou ser a instituição religiosa, o grupo mais importante; 18 % delas afirmaram as associações locais como o grupo mais importante; e 6% não sabem dizer qual o grupo mais importante em sua vida. Os resultados evidenciam, inicialmente, que a maioria das marisqueiras entrevistadas (94%) participa em pelo menos um grupo social de sua comunidade, sendo a Colônia de Pescadores o grupo social considerado mais importante, seguido das instituições religiosas.

Diante desse grau de participação das marisqueiras em grupos sociais, procurou-se aprofundar o entendimento nesse ponto. Ao perguntar-se “Nos grupos que a Senhora participa, tem pessoas fora da comunidade?”, 55% das entrevistadas responderam “Sim”; 25% delas responderam “Não”; e 20% responderam “Às vezes”. Em seguida, perguntou-se “Como as reuniões desses grupos podem ajudar a comunidade?”, e as respostas apresentaram-se diferentes, de modo que foram agrupadas e cinco categorias, as quais: “Para chamar a atenção do governo”; “Como espaço de diálogo”; “Como espaço de acesso a benefícios”; “Como espaço de fonte de informações”; e “Como espaço de união”. No âmbito dessas categorias, 29% das entrevistadas responderam que as reuniões se caracterizavam “Como espaço de diálogo” para ajudar a comunidade; 26% delas responderam que as reuniões eram importantes “Como espaço de fonte de informações”; 17% delas responderam que as reuniões ajudariam a comunidade “Como espaço de união”; 14% delas não souberam responder; 12% delas afirmaram que as reuniões eram importantes “Como espaço de acesso a benefícios”; e 2% delas não participam em grupos. O fato de a maioria das entrevistadas afirmar participar em pelo menos um grupo social poderia ser considerado um indicador positivo que permitisse deduzir confiança institucional, e essa consideração é reforçada na medida em que elas afirmaram a importância das reuniões ser em fatores onde os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses individuais. Pois segundo Putnam (2001), o envolvimento das pessoas em redes informais e em grupos sociais formais propiciaria uma interação maior nas sociedades e conseqüentemente um maior capital social.

Prosseguindo o processo de investigação, ainda no intuito de sondar o envolvimento das marisqueiras com os grupos sociais, primeiramente elas foram questionadas: “O Sr (a) se interessa pelas reuniões dos grupos que participa?”, de modo que 87% das entrevistadas responderam “Sim”; 7% responderam “Não”; e 6% responderam “Às vezes”. Outra questão foi: “Com que frequência fala sobre as reuniões?”, de modo que 63% das entrevistadas

responderam “Frequentemente”; 24% delas responderam “Às vezes”; e 13% responderam “Nunca”. E por fim, as marisqueiras foram questionadas: “Quando surgem situações nas reuniões que o Senhor (a) não concorda, o que o Senhor (a) faz?”, de modo que 47% das entrevistadas responderam “Espero que a situação se resolva”; 30% das entrevistadas responderam “Espero o momento certo para falar”; e 23% responderam “Peço a palavra e falo minha opinião” (Figura 06).

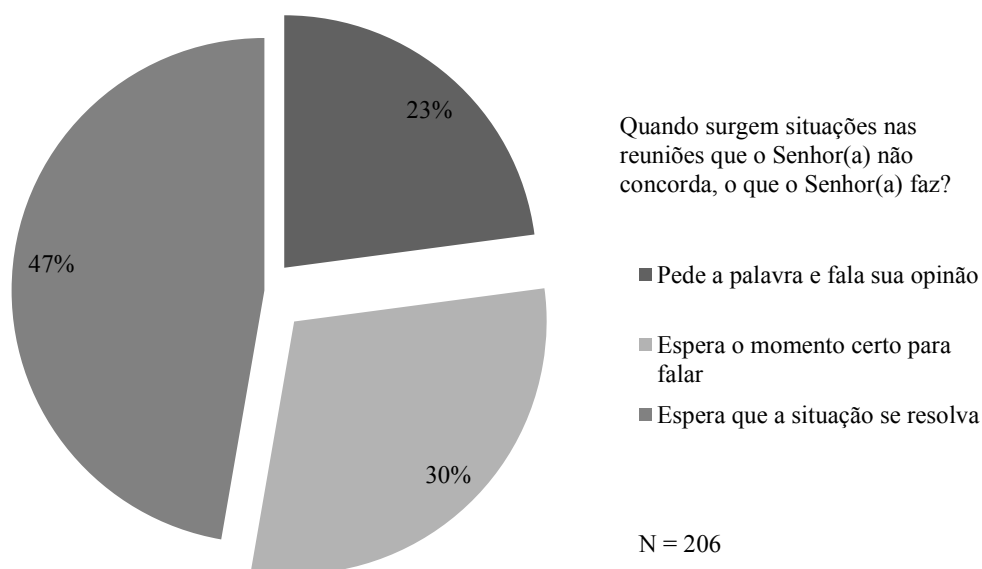


Figura 06 - Gráfico circular representativo do modo de participação das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana nas reuniões em grupos sociais.
FONTE: Entrevistas semiestruturadas.

Esses resultados indicam que a participação das marisqueiras nas reuniões e grupos sociais proporciona uma interação social, e que o conhecimento da existência desses grupos pode auxiliar no mapeamento da estrutura social, e conseqüentemente auxiliar na compreensão do capital social. Entretanto, não podemos deduzir que a existência dessa interação, pela participação das marisqueiras em grupos sociais, *de per se* indica a existência de relações de confiança institucional estabelecida, pois apesar de a maior parte das marisqueiras entrevistadas mostrar interesse pelas reuniões elas, também, se mostraram passivas em relação a essas reuniões, de modo que esse envolvimento em grupos sociais não se traduz como momento de participação efetiva ou um momento de diálogo entre as marisqueiras e diversos grupos sociais. Ora, se diante dos resultados não ficou evidente a

participação efetiva das marisqueiras em grupos sociais que defendem, muitas vezes, interesses individuais, pode-se inferir que essa participação não deve ser diferente na Gestão da Resex Acaú/Goiana.

Essa análise evidencia a importância da confiança das marisqueiras, como categoria do Capital Social, no processo de gestão participativa do Conselho Deliberativo da Resex Acaú/Goiana, pois como pontua Luchmann, quando aborda os interesses pessoais e coletivos em processos deliberativos. Assim ela se expressa: “[...] o fato de que as crenças e opiniões são endógenas ao processo deliberativo pode representar tanto alterações, tendo em vista o bem comum, quanto alterações de interesses [...] para a implementação de medidas que beneficiem interesses pessoais e/ou corporativos” (LUCHMANN, 2002, p.17). De acordo ainda com a autora, “organizações sociais fortes e com capacidade de exercer influências e lobbies, grupos econômicos, partidos políticos, entre outros, são os que efetivamente apresentam maiores impactos na formulação de preferências endógenas” (LUCHMANN, 2002, p.18). Dessa forma, como já dito anteriormente, apesar de a Política Pública, de Criação, Implementação e Gestão de Reservas Extrativistas; contribuir para a formação do Capital Social das comunidades tradicionais envolvidas no processo, a criação deste tipo de unidade de conservação *de per si* não indica Capital Social suficiente para uma gestão na perspectiva da sustentabilidade ambiental.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi analisar a confiança das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana, como categoria do Capital Social, na perspectiva do Desenvolvimento Local. Estas marisqueiras mostraram-se inseguras na medida em que a maioria das entrevistadas afirmou que nunca é demais ter cuidado com as pessoas da comunidade. Essa incipiente confiança é um dos desdobramentos da interferência negativa causada pela ausência do Estado no ordenamento e na fiscalização dos usos dos recursos naturais, no complexo estuarino formado pelos rios Goiana e Megaó, que acaba contribuindo para a degradação do capital social das marisqueiras na gestão da Resex Acaú/Goiana.

Ao considerarmos a cooperação como desdobramento da confiança, as marisqueiras da Resex Acaú/Goiana apresentaram uma cooperação forçada, no âmbito da comunidade em geral, uma vez que a insatisfação com os serviços públicos e a satisfação com o Programa Bolsa Família, do Governo Federal, foram os fatores que permearam a opinião da ação coletiva dessas marisqueiras. Essa dubiedade na percepção dos serviços prestados pelas instituições governamentais também interfere negativamente na formação das relações de confiança e, conseqüentemente, na inserção dessas marisqueiras na gestão da Resex, mais especificamente para atuarem como protagonistas no Conselho Deliberativo. No capital social das marisqueiras, portanto, a confiança, na dimensão comunitária, colocam em evidência o aspecto fraco desse capital.

Entretanto, as marisqueiras da Resex Acaú/Goiana apresentaram capital social do tipo *bonding*, entre pessoas mais próximas, como pais e amigos, nas relações de aprendizagem no âmbito da mariscagem, pois se verificou a confiança interpessoal passada de geração a geração. Essas relações de aprendizagem, na medida em que são intimamente ligadas ao ambiente natural, constituem um tipo específico de capital social, que se alinha ao processo de conquista da sustentabilidade.

Por outro lado, observa-se que apesar de a mariscagem apresentar-se como um espaço de confiança e cooperação, no âmbito da família ou do círculo de amigos, não se evidencia essas mesmas características nas relações entre marisqueiras de várias comunidades diferentes. Ou seja, essa expectativa de “não ser explorado” fica circunscrita às marisqueiras de um mesmo grupo, enquanto que entre as marisqueiras de comunidades diferentes não se têm expectativas de não serem exploradas umas das outras, portanto sem estabelecerem relações de confiança. A incipiência das relações de confiança entre marisqueiras de diferentes grupos pode ser abordada a partir da tensão entre o uso desordenado da atividade e

a sustentabilidade ambiental, em outras palavras, o limite da renovação dos recursos naturais não comporta o aumento desordenado da mariscagem. E, assim, as relações de confiança são tensionadas por relações de competição, entre diferentes grupos de marisqueiras. Essa tensão, prejudicial à atividade, reforça a argumentação de que o Estado, pela ineficácia no ordenamento do uso dos recursos naturais interfere de forma negativa na construção das relações de confiança entre os diversos grupos de usuários do estuário. Em outras palavras, as marisqueiras da Resex Acaú/Goiana não apresentam capital social *bridging*, que funciona como ponte de ligação entre diversos grupos de marisqueiras. Portanto, o Estado, também, interfere de forma negativa na construção do capital social entre diversos grupos de marisqueiras da Resex Acaú/Goiana.

Análises do Capital Social das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana devem considerar as pontuações dos neo-institucionalistas, os quais apontam a importância do Estado na construção ou desconstrução desse capital. Pois, se por um lado o Estado, ao não cumprir seu papel na disposição de serviços básicos à comunidade e na gestão do uso dos recursos naturais, fragiliza a formação de capital social das marisqueiras, por outro lado, o Estado ao elaborar Sistema Nacional de Unidades de Conservação, desde a criação até a gestão de Resex, regulamentada por leis, decretos e instruções normativas, garantindo a participação das comunidades em todo o processo, cria condições favoráveis à formação desse capital. Em outras palavras, o Estado ao mesmo tempo em que fragiliza a formação do capital social das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana, também propicia a formação desse capital nessa unidade de conservação, tornando evidente a necessidade de várias abordagens para a análise do capital social dessas marisqueiras. Portanto, a criação de uma Resex *de per se* não indica Capital Social suficiente para uma gestão na perspectiva da sustentabilidade ambiental.

5. RECOMENDAÇÕES

No sentido de propor ações que interfiram de forma positiva na formação do Capital Social das marisqueiras da Resex de Acaú/Goiana, recomenda-se:

- Elaboração de Acordo de Pesca entre usuários do complexo estuarino formado pelos Rios, Goiana e Megaó, no sentido de resolver conflitos de uso da biodiversidade marinho-estuarina;

- Realização de estudos na área de Extensão Pesqueira para subsidiar a formação de cooperativas de beneficiamento, no sentido de agregar valor ao marisco (*Anomalocardia brasiliiana*) comercializado pelas marisqueiras da Resex Acaú/Goiana;

- Elaboração de projeto de monitoramento da atividade pesqueira na área da Resex Acaú/goiana;

- Realização de oficinas de capacitação das marisqueiras da Resex Acaú/Goiana no acesso de Políticas Públicas destinadas aos pescadores artesanais, no sentido alavancar o desenvolvimento local na unidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10719*: informação e documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BARBANTI JR. Olympio. *Conflitos socioambientais*: teorias e práticas. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/olybarbanti/conflitos-socioambientais-teorias-e-prticas>> Acesso em: 18 fev.2012.

BOURDIEU, P. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação / Pierre Bourdieu; Tradução: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Las formas del capital*. Editora Piedra Azul. Lima-Peru. 1998. cap. 4, p.131-163.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. In: ANGHER, Anne Joyce (Coord.). *Legislação de direito administrativo: legislação de direito ambiental: Constituição Federal*. São Paulo: Rideel, 2003. (Coleção de Leis Rideel, Série mini 3 em 1).

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta... (COLOCAR A EMENTA COMPLETA). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Seção..., p.

BRASIL. Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre... (COLOCAR A EMENTA COMPLETA). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 29 ago. 2007. Edição Extra. Seção..., p.

CASTRO, Ronaldo Souza de; BAETA, Anna Maria Bianchini. Autonomia intelectual: condição necessária para o exercício da cidadania. In: LOUREIRO, C.F. B.; LAYRARGUES, P. P; CASTRO, R. S. (Orgs.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania /- 5.ed.* – São Paulo : Cortez, 2011. p. 105-114.

DIEGUES, A. C. S.. *Povos e mares*: leituras em sócio-antropologia marítima / Antonio Carlos Sant'Ana Diegues. – São Paulo: NUAPUB-USP, 1995.

DIEGUES, A. C. *O mito da natureza intocada*. 3ª Edição. Editora Hucitec. São Paulo. 2001.

FERREIRA, Beatrice Padovani; MAIDA, Mauro. Áreas Aquáticas Protegidas como Instrumento de Gestão Pesqueira. In: PRATES, A. P.; BLANC, D. (Orgs.) *Áreas Aquáticas Protegidas como Instrumento de Gestão Pesqueira* – Brasília: MMA/SBF, 2007, p.39-49.

FRANCO, A. *Capital social*. Brasília. Millennium, 2001a.

FRANCO, Augusto de. O conceito de capital social e a procura de um índice sistêmico de desenvolvimento local integrado e sustentável. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. da C. (Orgs.) *Desenvolvimento local*. Dinâmicas e estratégias. Rede DLIS. Julho, 2001b, p. 153-161.

FREITAS, N. M. S. *Desenvolvimento local e capital social: uma análise interdisciplinar do processo de indução do DLIS no Estado de Roraima*. Apresentada como tese de doutorado, Universidade Federal do Pará. Belém, 2008. Disponível em: <www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_tcc.php?id=116> Acesso em: 26 jul. 2012.

GROOTAERT, Christiaan et al. *Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)*. Grupo Temático sobre Capital Social. Banco Mundial. 23 de junho de 2003. Disponível em:

<http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Question%C3%A1rio20Integrado%20para%20Medir%20Capital%20Social.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2012.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro (Tradutores) – 11. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INFORMATIVO DA REDE MANGUE MAR/PE. Informativo da Rede MANGUE MAR Pernambuco, n.02 – Janeiro a Dezembro/2010. Disponível em: <<http://MANGUEMARpernambuco.blogspot.com>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama). *Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil*. Brasília: 2007.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Oficina sobre elaboração de plano de manejo participativo de reservas extrativistas. *Projeto gestão de reservas extrativistas na Amazônia brasileira*. 2009.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Instrução Normativa nº 2, de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que.../in022007.pdf>. Acesso em: 19 set. 2012.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Instrução Normativa nº 3, de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Unidade de Conservação Federal das categorias: Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que.../in032007.pdf> Acesso em: 19 set. 2012.

JARA, Carlos Julio. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Brasília: IICA, 2001.

JARA, Carlos Júlio. *Capital social: construindo redes de confiança e solidariedade*. IICA, novembro de 1999.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri (Tradutores). – Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFF, E. *Discursos sustentáveis* / Enrique Leff; Silvana Cobucci Leite (tradutora). São Paulo; Cortez, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C.F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*– 5.ed. – São Paulo: Cortez, 2011, p. 73-103.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et al. Os vários “ecologismos dos pobres” e as relações de dominação no campo ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico* – São Paulo: Cortez, 2009, p. 81-118.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. *A Democracia Deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade*. Cadernos de Pesquisa, nº33, novembro, 2002. ISSN – 1677-7166. Disponível em:

<<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2033.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2012.

MERTENS, Frédéric et al. *Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia*. Acta Amazonica. Vol.41(4) 2011: 481-492. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0044-59672011000400006> Acesso em: 9 jul. 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em:

<www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322> Acesso em: 19 set. 2012.

OLIVEIRA, F. de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40p.

PAULA, Juarez de. Desenvolvimento & gestão compartilhada. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. *Desenvolvimento local. Dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro, Rede DLIS. Julho, 2001.

PRATES, Ana Paula. Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas de Uso Sustentável como Instrumento para Gestão Pesqueira. In: PRATES, A. P.; BLANC, D. (Orgs.) *Áreas Aquáticas Protegidas como Instrumento de Gestão Pesqueira* – Brasília: MMA/SBF, 2007, p.15-27.

PUTNAM, Roberto D. *La comunidad próspera. El capital social y la vida pública*. In: HERREROS, F.; FRANCISCO, A. DE (Orgs.). *Capital Social*. Zona Abierta 94/95 (2001). p.89 a 104.

QUINTAS, José Silva. *Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico*. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico* – São Paulo: Cortez, 2009, p. 33-79.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. A arte pesqueira: território da mestrança e do saber-fazer marítimo. In: MOURA, A. S. (Org.). *Políticas Públicas e Meio Ambiente: da economia política às ações setoriais*.– Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2012b, p.263-299.

REIS, Bruno Pinheiro W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. In: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 21, p.35-49, Nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782003000200004&script=sci_arttext> , Acesso em: 8 jan. 2013.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Capital social e educação ambiental: mecanismos de participação na gestão de recursos hídricos. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental* ISSN 1517-1256, v. Especial, setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vesp2010/art8vesp2010.pdf>>, Acesso em: 8 fev. 2012.

SANTOS, Valcir Bispo. Capital Social em áreas de Acordos de Pesca na Amazônia Oriental: articulações entre escalas e aspectos institucionais e organizativos nos processos de aprendizagem e inovações de pescadores artesanais ribeirinhos. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007*, UFSC, Florianópolis, Brasil. ISSN 1982-4602. p. 654-679.

SENNETT, R. *Juntos*. Os rituais, os prazeres e a política da cooperação; Clovis Marques (tradução). Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVEIRA, Caio Márcio. Miradas, métodos, redes: o desenvolvimento local em curso. In: SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane da Costa. *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: Rede DELIS, 2001, p. 31-42.

SILVEIRA, P. C. B.; RAMALHO, C. W. N.; PEDROSA, B. M. V Encontro Nacional da ANPPAS. Florianópolis – 4 a 7 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/resumos/GT5-746-793-20100527162038.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2009.

TRUSEN, Christoph. Desenvolvimento local integrado: uma introdução conceitual e metodológica. In: TRUSEN, Christoph; PINHEIRO, Maria Rosa Bitar. *Planejando o desenvolvimento local: conceitos, metodologias, experiências*. Belém: Prorenda Rural, 2002, p. 13-28.